



Centro Universitário de Brasília
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES
Curso: Psicologia

**Discussões Raciais que Ocorrem na Mídia e Possíveis Implicações na Atuação de
Profissionais da Educação do Ensino Fundamental**

Míria Lopes de Amorim

Brasília- DF
Julho de 2017



Centro Universitário de Brasília
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES
Curso: Psicologia

Discussões Raciais que Ocorrem na Mídia e Possíveis Implicações na Atuação de Profissionais da Educação do Ensino Fundamental

Míria Lopes de Amorim

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências da Educação e Saúde do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB como requisito parcial à conclusão do curso de Psicologia.

Professora-orientadora: Dra. Ana Flávia do Amaral Madureira.

Brasília- DF
Julho de 2017

Folha de avaliação

Autora: Míria Lopes de Amorim

Título: Discussões Raciais que Ocorrem na Mídia e Possíveis Implicações na Atuação de Profissionais da Educação do Ensino Fundamental

Banca examinadora

Prof^ª. Dr^ª. Ana Flávia do Amaral Madureira
Professora-Orientadora

Prof^ª. Dr^ª. Luciana de Oliveira Campolina
Professora Examinadora

Prof^ª. Dr^ª. Ingrid Lilian Fuhr Raad
Professora Examinadora

Agradecimentos

Primeiramente, ao meu esposo Ildo Bastianello por todo apoio e crédito dado a mim, pela paciência e por enfrentar as minhas ausências necessárias a fim de concluir essa produção acadêmica.

Ao meu Pai Jorge, a minha mãe Eurides e irmã Elisana, pelo amor, reconhecimento, carinho, e especialmente, à minha irmã Juliana, falecida em 01 de janeiro de 2009, que partiu precocemente aos 19 anos, mas deixou em mim o desejo de voltar a estudar, já que em vida sempre estava imersa em alguma atividade intelectual.

Agradeço particularmente à minha Orientadora Professora Dra Ana Flávia Madureira, profissional a qual admiro e tenho grande estima, além de ter sido responsável por me guiar nos primeiros passos da pesquisa científica. Contribuiu significativamente para mais essa etapa da minha formação profissional, com sua paciência, incentivo, compreensão, confiança, pelas palavras sábias e sempre bem colocadas nas horas mais difíceis.

Agradeço a todos/as professores e professoras que contribuíram com a minha formação e pensamento crítico. Sem eles/as jamais teria chegado meu objetivo.

Agradeço a todas as amigas de curso que me acolheram desde minha chegada à instituição, por compartilharmos juntas nossos desesperos, angústias, ansiedades e medos.

Agradeço aos amigos/as que me ajudaram a passar por essa fase, dando-me todo apoio possível e necessário, compreendendo inclusive as minhas ausências na vida social.

“Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar”.

Nelson Mandela

Sumário

Introdução	1
1. Identidade, Preconceito, Discriminação Racial e Mídia.....	7
2. Sofrimento Psíquico: Implicações do Preconceito e da Discriminação Racial	13
3. Percepções do Racismo na Sociedade Brasileira e a Luta do Movimento Negro Unificado (MNU)	17
3.1 Ações afirmativas em prol da população negra	18
3.2 O papel da escola e da psicologia na desconstrução de preconceitos	19
4. Metodologia.....	24
4.1 Participantes	27
4.2 Materiais e instrumentos	28
4.3 Procedimentos de construção de informações	29
4.4 Procedimentos de análise	29
5. Resultados e Discussão	32
5.1 Discursos midiáticos e questões raciais a partir do olhar das participantes	33
5.2 Crenças das participantes em relação as questões raciais no Brasil.....	40
5.3 Práticas pedagógicas voltadas à ou para desconstrução do racismo	45
5.4 Racismo, corporeidade e invisibilidade	50
Considerações finais.....	60
Referências.....	64

Resumo

Os discursos midiáticos podem tanto reforçar o racismo como contribuir para o enfrentamento do problema do racismo existente em nossa sociedade, conforme demonstrado em algumas pesquisas. Os/as brasileiros/as admitem a existência do racismo no Brasil, mas, geralmente, não se veem como pessoas racistas. Portanto, a presente pesquisa teve como objetivo geral analisar como os discursos midiáticos podem influenciar a atuação de profissionais da educação do ensino fundamental II em relação às questões raciais. Participaram do estudo 6 profissionais da educação; sendo duas professoras, duas orientadoras educacionais e 2 psicólogas escolares. Foi utilizada a metodologia qualitativa envolvendo a realização de entrevistas individuais semiestruturadas, de forma integrada à utilização de vídeos e de imagens pré-selecionadas. Após a transcrição das entrevistas, foram construídas categorias analíticas temáticas, as quais orientaram o trabalho interpretativo. Os resultados indicaram que as participantes acreditam que algumas ferramentas tecnológicas podem ser utilizadas no contexto escolar como estratégias pedagógicas para o enfrentamento do racismo. Na percepção delas, por exemplo, a utilização de vídeos, imagens, filmes, entre outros, são recursos eficientes para a desconstrução do racismo. Nesse sentido, quando as questões raciais são trabalhadas efetivamente no âmbito escolar, podem sensibilizar, conscientizar as pessoas e, conseqüentemente, contribuir com a construção de uma sociedade mais democrática, respeitosa e igualitária para todos/as.

Palavras-chave: racismo e mídia; questões raciais; formação docente

Introdução

A pesquisa sobre o tema “Discussões Raciais que Ocorrem na Mídia e Possíveis Implicações na Atuação de Profissionais da Educação do Ensino Fundamental” tem como intenção investigar como os profissionais da educação percebem as questões raciais e a influência da mídia no seu cotidiano profissional.

Assistimos por intermédio da televisão e, acessamos, por meio da internet, o que acontece ao redor do mundo e percebemos que o racismo ainda é um assunto que permeia as sociedades contemporâneas. Nesse contexto globalizado, as questões raciais ganharam mais força e notoriedade. A visibilidade ocorre com a divulgação nos meios de comunicação, nos quais aparecem, por exemplo, relatos e denúncias de pessoas que foram ou são vítimas de discriminação racial nos espaços que circulam e conteúdos visando a promoção da igualdade racial em nosso país.

Sabemos que as mídias como a televisão, a internet e, sobretudo, as redes sociais, tornaram-se um meio em que é possível ter acesso a todo tipo de informação que adolescentes, jovens e adultos possam encontrar. No entanto, nem toda informação divulgada nesses meios de comunicação é obtida de forma séria e, portanto, nem sempre confiável. Desse modo, podemos nos perguntar como os/as profissionais da educação utilizam ou podem utilizar os meios de comunicação para refletir com os/as estudantes sobre os discursos racistas e suas consequências, levando-os a pensar em diferentes formas de enfrentamento do racismo e de valorização da diversidade racial.

Portanto, cabe problematizarmos: os/as profissionais da educação percebem alguma influência e/ou interferência da mídia, especialmente das redes sociais, em sua atuação e na

compreensão dos/as estudantes sobre os discursos raciais apresentados nesses meios de comunicação?

Antes de iniciarmos a discussão sobre a temática propriamente dita, gostaria de mencionar, brevemente, que já estou percorrendo um caminho de investigação sobre as questões raciais há alguns anos. O meu interesse começou a ser despertado quando cursei as disciplinas Estágio Básico II, Produção de Artigo e Fórum de Debates III, sob orientação da Profa. Dra. Ana Flávia do Amaral Madureira. Além disso, participei do Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) com o projeto intitulado “Questões Raciais na Sociedade Brasileira a partir da Perspectiva de Estudantes e Profissionais da Educação”, também sob orientação da Profa. Dra. Ana Flávia do Amaral Madureira.

Cabe mencionar que sou baiana e me considero negra de pele clara, filha de pai negro, mãe negra e tenho uma irmã negra. Os meus valores e as minhas crenças foram colocados em xeque quando vim morar em Brasília e percebi, na fala de algumas pessoas, principalmente as do meu convívio, certos discursos racistas. Esses discursos racistas foram me causando um certo desconforto. A partir dessas reflexões e observações das minhas relações sociais e familiares, eu comecei a sentir a necessidade de conhecer mais sobre o assunto e poder fazer algo diante do sofrimento psíquico e da falta de oportunidades que as pessoas negras têm em nossa sociedade. Portanto, o meu desejo é compreender as questões raciais de forma mais aprofundada, para poder contribuir, a partir da minha atuação profissional, com a valorização da diversidade racial em nosso país.

Para iniciar essa discussão, assim como eu, muitas pessoas em nossa sociedade acreditam que a educação escolar é um meio importante para que os indivíduos possam ter melhores condições de conquistar o mercado de trabalho. Todavia, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no último Censo publicado em 2010, divulgou que ainda há

fortes desigualdades no que tange ao acesso à educação escolar por parte da população quando considerado a cor ou a raça. Os dados mostraram que cerca de 50% dos jovens de 15 a 24 anos de idade que frequentavam estabelecimentos escolares estavam no ensino fundamental, enquanto já deveriam ter alcançado ao menos o ensino médio. No que concerne à outra metade dos/as estudantes dessa faixa etária, assim como no caso do analfabetismo, houve forte desigualdade no acesso a níveis de ensino pela população segmentada por cor ou raça. A desigualdade foi marcada, também, no nível superior, no qual estavam 31,1% dos brancos nesse grupo etário, enquanto foi encontrado apenas 12,8% dos pretos¹ e 13,4% dos pardos (IBGE, 2010).

Esses indicadores estatísticos, mencionados anteriormente, demonstram que as pessoas que se autodeclararam negros/as têm maiores dificuldades de terem acesso ao ensino superior e, por fim, de conseguirem melhores oportunidades profissionais no mercado de trabalho, em comparação com as pessoas que se autodeclararam brancas.

Conforme pressuposto, não é por acaso que a população negra é a que tem mais dificuldades em ter acesso a bens e serviços considerados essenciais para a sobrevivência de qualquer ser humano. Essas dificuldades podem levar muitos/as jovens a se tornarem alvos fáceis de organizações criminosas, por acreditarem que, por meio do crime, podem ter acesso a qualquer item desejado.

Nesse viés, podemos ressaltar a influência do mercado capitalista que, para vender os seus produtos, faz suas publicidades, na televisão e na internet, de forma muito sedutora e convincente. Sobretudo, é a propaganda que move o mundo da mídia e ela é pensada, estrategicamente, para que seus/suas consumidores/as desejem o produto divulgado a ponto de que nenhuma barreira seja vista como intransponível e que o mesmo está ao alcance de qualquer um (Mello, 2014). A mídia busca criar por meio, principalmente, de propagandas, a

¹ Terminologia utilizada pelo IBGE

geração de novas necessidades para o/a consumidor/a, efêmeras e ilusórias, que o contínuo assédio faz com que elas se camuflam como uma necessidade real. A mídia tenta convencer o/a consumidor/a de que tal produto foi feito pensando nele/a, mesmo que no íntimo saibamos que não é verdade.

Válido salientar que nem todos/as os/as jovens negros/as de famílias pobres se envolvem em crimes. Muito pelo contrário. Majoritariamente, esses/as jovens, mesmo diante das dificuldades, buscam melhores condições de vida para si, para sua família e para sua comunidade por meios não ilícitos.

Segundo Santos (2014), o ser humano do século XXI tem muito mais relações sociais do que o ser humano do século XX, mas grande parte dessas relações ocorre via redes sociais. Nesse mundo globalizado, é possível notar, atualmente, o uso massivo da internet para ter acesso a qualquer tipo de informação que o/a internauta deseja, por meio de um “clique”. Sabemos que a internet é utilizada de várias formas. Em relação às questões raciais, podemos destacar, pelo menos, duas delas: a primeira, pode ser o seu uso para continuar difundindo pensamentos em uma direção racista; e a outra, em uma direção contrária, buscando usar essa tecnologia para o enfrentamento da discriminação racial existente em nosso país.

O uso da internet na difusão de ideologias racistas, pode ser ilustrado por meio do que aconteceu com as atrizes Taís Araújo², Sheron Menezes³, Cris Vianna⁴ e a jornalista Maria Júlia Coutinho⁵ que relataram terem sido vítimas de racismo nas suas redes sociais mantidas

² Link da reportagem: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/11/atriz-tais-araujo-e-alvo-de-comentarios-racistas-em-rede-social.html>

³ Link da reportagem: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/12/atriz-sheron-menezes-sofre-ofensas-racistas-em-redes-sociais.html>

⁴ Link da reportagem: <http://veja.abril.com.br/entretenimento/atriz-da-globo-cris-vianna-e-vitima-de-racismo-na-internet/>

⁵ Link da reportagem: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2015/07/03/internas_polbraeco,488925/maria-julia-coutinho-e-vitima-de-racismo-em-comentarios-nas-redes-soci.shtml

na internet, demonstrando que pessoas racistas que cometem esse tipo de crime, não raro, acreditam na impunidade.

De acordo com Santos (2014, pp.235), “muitos criminosos cometem crimes por causa da sensação de anonimato, de pouco risco, da distância entre o agressor e a vítima, além da praticidade e a comodidade em poder agir de qualquer lugar”. Criminosos/as que cometem crimes virtuais podem ser descobertos por meio de rastros deixados no ciberespaço. Com base na *Internet Protocol* (IP), que é a identificação do computador do/a infrator/a, é possível identificar o provedor utilizado (Santos, 2014). Os autores do crime, denunciados pelas atrizes e pela jornalista, foram descobertos por meio do IP.

Quanto ao uso da mídia em prol da valorização do negro ocorre quando os programas de televisão, os blogs, as redes sociais, as propagandas, etc., utilizam esse espaço de visibilidade de forma a conscientizar a população sobre as questões raciais e sobre o racismo existente em nossa sociedade.

Dessa forma, quando a escola promove a valorização e o respeito à nossa diversidade cultural e étnico-racial, a formação de sujeitos conscientes e reflexivos evita que o racismo continue se propagando nos meios de comunicação, inclusive nos meios virtuais. Portanto, para construir uma cultura democrática de valorização da diversidade existente em nossa sociedade, devemos pensar em quais estratégias pedagógicas podem ser utilizadas, para que tanto a escola quanto o uso dos meios de comunicação sejam contextos educativos promotores da valorização da diversidade racial, e não o contrário.

Então, como podemos pensar em estratégias pedagógicas a fim de construir uma sociedade democrática em que os/as cidadãos/ãs sejam mais críticos/as e reflexivos/as em relação ao que eles/as acessam na internet, assistem na televisão, escutam no rádio, etc?

Assim sendo, o objeto desse estudo corresponde às relações entre as questões raciais e a mídia enquanto produtora de diversos sentidos em nossa cultura. São apresentados, a seguir, os objetivos gerais e específicos.

A presente monografia está organizada da seguinte forma: a primeira seção corresponde a fundamentação teórica com as seguintes seções: 1. Identidade, preconceito, discriminação racial e mídia; 2. Sofrimento psíquico: implicações do preconceito e da discriminação racial; 3. Percepções do racismo na sociedade brasileira; 2.2 A Luta do Movimento Negro Unificado (MNU). A segunda seção corresponde a metodologia em que é descrita como a pesquisa foi realizada. Posteriormente, são apresentadas na terceira seção os resultados e discussão mais significativos da pesquisa da pesquisa e, por fim, as considerações finais.

A presente pesquisa teve como objetivo geral:

- Analisar como os discursos midiáticos podem influenciar a atuação de profissionais da educação do ensino fundamental em relação às questões raciais.

Os objetivos específicos foram:

1. Analisar, a partir dos discursos de profissionais da educação, quais são as suas concepções e crenças em relação aos discursos midiáticos sobre as questões raciais;
2. Investigar se os/as profissionais da educação utilizam algum tipo de recurso midiático para discutir questões raciais no contexto escolar;
3. Investigar se os/as profissionais da educação utilizam práticas pedagógicas para lidar/intervir na desconstrução de preconceitos e de práticas discriminatórias em relação às questões raciais.

1. Identidade, Preconceito, Discriminação Racial e Mídia

Ao analisar as questões raciais, é imprescindível destacar a forma como o preconceito está presente e relacionado à forma como construímos a nossa identidade, em termos individuais e sociais. A identidade, de acordo com Woodward (2000), é construída tanto em termos simbólicos como em termos sociais. É por meio das relações sociais que o indivíduo produz simbolicamente os sentidos e os significados a partir do contexto cultural no qual ele está imerso.

De acordo com Woodward (2000), a identidade não é fixa e nem imutável, mas sim dinâmica e relacional. A construção das identidades também depende da marcação simbólica da diferença. “A marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido a práticas e a relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído ou quem é incluído” (Woodward, 2000, pp. 14). Conforme destacado por diversos/as autores/as na atualidade, a identidade depende da diferença (Madureira, 2007; Madureira & Branco, 2012; Moreira & Câmara, 2008; Silva, 2000; Woodward, 2000). Nesse sentido, as diferenças, as ambiguidades e as tensões estão presentes nos processos de significação vivenciados pelo indivíduo nas suas relações sociais cotidianas (Madureira & Branco, 2012).

As diferentes formas de preconceito apresentam uma gênese social. Não são, portanto, meras “invenções individuais” (Madureira, 2007). Em termos conceituais, a discriminação é o preconceito posto em ação, ou seja, as práticas discriminatórias são sustentadas por ideias preconcebidas e se encontram, portanto, profundamente vinculadas aos preconceitos (Madureira & Branco, 2012).

De acordo com Pérez-Nebra e Jesus (2011, pp. 226), “o preconceito é uma atitude relacionada a crenças com relação ao objeto” que ocorre, muitas vezes, por falta de conhecimento ou sem levar em conta outros fatos que conteste determinada opinião. O

preconceito também corresponde a diversos componentes afetivos que interagem com a cognição. As respostas afetivas são mais rápidas e mais intensas do que as respostas cognitivas. Baseada nessa análise, pode ser muito mais eficaz desconstruir preconceitos por meio do componente afetivo do que, primeiramente, pelo componente cognitivo, apesar dele também ser de importância (Pérez-Nebra & Jesus, 2011).

Myers (2014) define preconceito como uma atitude negativa. É um julgamento negativo preconcebido de um grupo e de seus membros individuais. Essas avaliações que marcam o preconceito são, muitas vezes, sustentadas por crenças negativas chamadas de estereótipos. Os estereótipos são crenças positivas ou negativas sobre os atributos e características de determinado grupo ou país e torna-se problemático quando são excessivamente generalizados, imprecisos e resistentes às novas informações. (Myers, 2014)

“A discriminação é um comportamento negativo, injustificado em relação a um grupo ou seus membros. O racismo é um conjunto de práticas institucionais que discriminam mesmo quando não há intenção preconceituosa, mas que é feita por meio da subordinação de pessoas” de determinado pertencimento étnico-racial (Myers, 2014, pp. 248).

O preconceito marca as desigualdades sociais que envolvem as relações hierárquicas de poder, bem como o desenvolvimento histórico das sociedades, como, por exemplo, a escravidão dos/as negros/as na história do Brasil.

Observa-se, com base na proposição predecessora, que o preconceito racial e as práticas discriminatórias cumprem uma função de suma importância na estruturação das relações de poder no âmbito da sociedade brasileira, relacionado “a noções de eugenia e superioridade” em diversas esferas sociais (Madureira & Branco, 2012). As autoras citadas acreditam que é uma tarefa árdua desconstruir os preconceitos somente com apresentação de argumentos racionais ou de “provas empíricas”. Isto porque os preconceitos também são

construídos ao longo da história de cada sociedade, por meio das relações sociais e com profundas raízes afetivas.

A mídia⁶, enquanto veículo de comunicação de massa, estrategicamente utiliza seu espaço para ditar padrões de beleza. Ela acaba também exercendo certa influência na construção de novas identidades e no fortalecimento de identidades existentes baseadas no consumismo. Por isso, é muito comum escutarmos as pessoas dizerem: “a mídia dita modas”. Como, por exemplo, a imagem corporal feminina reforçada pela mídia é, geralmente, a mulher loira de cabelos lisos, corpo magro, com o rosto da boneca Barbie.

Ramos (2002) esclarece que nem a mídia e nem a sociedade reproduzem o racismo como afirmação aberta da inferioridade e da superioridade, ou de mecanismos explícitos de segregação racial. “As dinâmicas de exclusão, de invisibilidade e de silenciamento são complexas, híbridas e sutis, ainda que sejam decididamente racistas” (pp. 9). Na mídia, as representações raciais são atualizadas e reificadas, permitindo que essas noções sejam ou se tornem ‘comuns’ a toda sociedade (Ramos, 2002).

Segundo o modelo bidirecional de transferência cultural defendido por Valsiner (2012), o sujeito tem papel ativo, em qualquer nível cultural, biológico e psicológico que ele esteja. O sujeito se desenvolve de forma sistêmica. Isto é, as mensagens transmitidas pela mídia, não são recebidas de forma passiva pelos/as expectadores/as. Eles/as sempre as decodificam de acordo com seus interesses e valores.

Conti, Bertolin e Peres (2010) realizaram um estudo transversal com 121 adolescentes em uma instituição particular do ensino fundamental I e II, com idades entre dez a dezoito anos, para verificar a percepção do jovem em relação à mídia. Nessa pesquisa, as autoras notaram nos discursos da maioria dos/as jovens, a frequente relação da televisão, revistas e o

⁶ O termo mídia utilizado nesse trabalho relaciona-se a qualquer produção cultural de massa em diversos meios, como cinema, televisão, literatura, livros didáticos, imprensa e propaganda (Acevedo; Nohara & Ramuski, 2010). Incluímos, também, as redes sociais.

corpo, como sendo mais frequentemente relacionados ao estímulo de um ideal físico de magreza. Os/as participantes revelaram também ter conhecimento acerca da intensa interferência da mídia em relação ao corpo do/a adolescente.

Como se pode notar, a mídia pode ter um poder de influência significativo sobre os corpos, as emoções e os sentimentos das pessoas em geral. Mas as pessoas negras podem sofrer muito mais com essa influência, como, por exemplo, podemos questionar: como são representados/as os/as negros/as nas propagandas, nas telenovelas, nos livros didáticos, na literatura, no cinema, na internet? Para responder essa indagação, Acevedo, Nohara e Ramuski (2010) realizaram uma revisão bibliográfica e nela foram discutidas algumas proposições para responder esta pergunta. A proposição central de investigação dessas autoras é que a mídia contribui para estigmatizar a população negra no Brasil. Isto porque, a partir dos seus discursos e representações, a mídia constrói uma interpretação ideológica, mantendo, muitas vezes, relações de dominação das pessoas brancas sobre as pessoas negras.

A representação dos/as negros/as ocorre de diferentes formas na mídia. Nos noticiários jornalísticos, os/as negros/as, geralmente, aparecem como favelados/as, carentes, bandidos/as, viciados/as, etc., sendo considerados/as os principais culpados pela violência urbana. Nas propagandas, quando os/as negros/as aparecem, na maior parte das ocasiões, são em contextos de negócios ou em produtos de pouco valor econômico e, raramente, em relações familiares. Na teledramaturgia, os papéis designados às pessoas negras, massivamente, designam pouco poder ou *status* socioeconômico, em papéis estereotipados, papéis secundários ou como figurantes, etc. (Acevedo; Nohara & Ramuski, 2010; Mello, 2014).

Segundo Mello (2014), a violência tem aumentado cada vez mais com o crime organizado, com o aumento do consumo de drogas e também se acirram com as diferenças de renda e nível de vida. Nas cidades, são cada vez mais visíveis as contradições de um regime

postulado de “inclusão”, mas que exclui inúmeros/as jovens, negando-lhes o direito à infância, à escola, ao emprego e ao salário. A mídia, muitas vezes, ao noticiar sobre a violência que acontece nas cidades, deixa implícito a ideia de que a culpa da violência existente nas cidades é das pessoas pobres. Usualmente, ela causa grande temor na população de classe média/alta usando termos estereotipados e dessa forma acaba contribuindo para ampliar os estigmas, por caracterizar a população pobre como perigosa e indigna de confiança (Mello, 2014).

Segundo Oliveira (2002), “o racismo é calcado naquilo que as pessoas acham que são os papéis naturais que indivíduos e grupos devem desempenhar na sociedade, e, também, na ideia de que a natureza dá a diferentes pessoas algum tipo de facilidade ou habilidade para atividades diferentes” (pp. 40). São a partir dessas ideias que os estereótipos continuam sendo reproduzidos em relação às pessoas negras, como, por exemplo, é muito comum ouvir que os negros são muito melhores no futebol e na música porque, “biologicamente”, já estão com seus DNAs programados.⁷

Para o autor, a mídia deveria mostrar com mais frequência que o/a negro/ também pode se tornar juiz/a, médico/a, advogado/a entre outros, assim como, desconstruir o “mito que as sociedades capitalistas geram, de que as pessoas vencem sempre pelo seu esforço individual. Nós nunca acreditamos que o coletivo acaba tendo um peso sobre a vida das pessoas e sobre a sua trajetória individual” (Oliveira, 2002, pp. 40).

Acevedo e Nohara (2008) apontaram também em seu estudo que, na mídia brasileira, as mensagens são impregnadas de racismo e os papéis retratados por negros/as, em sua maioria, não valorizam a identidade negra. As autoras mencionaram que essas representações podem prejudicar a autoestima e a autoimagem dos grupos discriminados, isto

⁷ Essencialismo biológico: tal compreensão expressa uma visão essencialista em termos biológicos (Louro, 2000).

é, a forma como a mídia comumente representa o/a negro/a pode desenvolver nestes indivíduos um sentimento de “inferioridade”. Podendo, portanto, influenciar a forma como o/a negro/a constrói a sua identidade, levando em conta que a nossa identidade é construída, especialmente, nas nossas relações sociais (Gomes, 2002).

De acordo com Gusmão (2003), a nossa identidade é construída pressupondo uma complementaridade entre identidade e alteridade, ou seja, levando em conta *quem sou eu e quem o outro é*. Sobretudo, alteridade é reconhecer e respeitar as diferenças, pois, é nesse processo que nos tornamos pessoas, membros de um grupo, de uma cultura e de uma determinada sociedade. O conceito de alteridade refere-se às nossas práticas frente ao semelhante e ao diferente; é a capacidade de conviver, principalmente, com as diferenças, sendo mais solidários em nossas relações sociais, encontrando formas mais saudáveis e construtivas de enfrentar as tensões que surgem devido à diversidade (Gusmão, 2003; Sawaia, 2014).

Cabe salientar que, o principal interesse da publicidade não é com as pessoas em si, mas sim, em comercializar os seus produtos. Dessa forma, ela utiliza um jogo bem arquitetado para tornar a sua mercadoria atraente e sedutora, com o objetivo de induzir os/as consumidores/as a adquirir o produto anunciado. Contudo, para além disso, a mídia também tem se tornado um espaço que produz valores e saberes; que regula condutas e modos de ser; fabrica identidades e representações. Nesse sentido, a mídia também contribui para manter certas relações de poder (Madureira, 2016; Sabat, 2001).

2. Sofrimento Psíquico: Implicações do Preconceito e da Discriminação Racial

Os preconceitos têm implicações no âmbito das interações sociais e também efeitos no plano subjetivo. Como, por exemplo, o preconceito pode resultar em sofrimento psíquico em pessoas que são alvos recorrentes de práticas discriminatórias (Madureira & Branco, 2012).

Gomes (2002), em sua pesquisa de doutorado em antropologia social, realizada em salões de beleza étnicos de Belo Horizonte, com mulheres negras jovens e adultas, na faixa dos 20 aos 60 anos, mostrou que:

A experiência com o corpo negro e o cabelo crespo não se reduz ao espaço da família, das amigas, da militância ou dos relacionamentos afetivos. A trajetória escolar apareceu em todos os depoimentos como um importante momento no processo de construção da identidade negra e, lamentavelmente, reforçando estereótipos e representações negativas sobre esse segmento étnico/racial e o seu padrão estético (Gomes 2002, pp. 41).

Sobre as relações existentes entre educação escolar, cultura e identidade negra na formação de professores/as, no que se refere ao quesito da corporeidade e da estética, revela que no processo de construção da identidade negra, o corpo pode ser considerado como um suporte da identidade negra e o cabelo crespo como um forte ícone identitário (Gomes, 2002).

Do corpo nascem e se propagam as significações que fundamentam a existência individual e coletiva; ele é o eixo da relação com o mundo, o lugar e o tempo nos quais a existência toma forma através da fisionomia singular de um ator. Através do

corpo, o homem apropria-se da substância de sua vida traduzindo-a para os outros, servindo-se dos sistemas simbólicos que compartilha com os membros da comunidade” (Le Breton, 1953, pp. 7).

O corpo não contempla só aspectos biológicos. Ele é também socialmente construído. O corpo é o nosso modo de estar no mundo e, por ele entendemos as diferentes crenças e sentimentos que constituem o fundamento da vida social. Já o cabelo tem sido um dos principais símbolos que marcam a negritude pois, desde a escravidão, tem sido usado como um dos elementos definidores do lugar do sujeito dentro do sistema de classificação racial brasileiro (Gomes, 2002).

Podemos mencionar que a discriminação racial sofrida pelas pessoas negras está relacionada, frequentemente, aos seus traços fenotípicos (cor da pele, cabelos, nariz e boca) implicando, muitas vezes, em mudar esses traços corporais na tentativa de adequar-se ao ideal do branqueamento social (Carvalho, 2005).

Nesse sentido, Silva (2014), em sua Monografia de Conclusão de Curso, analisou os possíveis efeitos do racismo e do sexismo no processo de escolarização de mulheres negras. Destacamos, especialmente, nesse trabalho, o sentimento de inferioridade vivenciado por muitas mulheres negras vítimas de racismo.

Em um sentido mais amplo, para adequar-se ao padrão de beleza hegemônico valorizado socialmente, muitas pessoas negras realizam diversos procedimentos, como, por exemplo, processos cirúrgicos, alisamentos capilares e cremes clareadores, na tentativa de alcançar o branqueamento para se sentirem bem consigo mesmas e, também, para serem aceitas socialmente (Carvalho, 2008; Gomes, 2003).

Entretanto, mesmo mudando os traços fenotípicos que caracterizam a negritude, ainda assim as práticas racistas continuam ocorrendo. Muitas pessoas, em nossa sociedade, criticam

conscientemente ou com pouca reflexão, principalmente, a mulher negra em relação ao seu desejo de “querer ser igual à mulher branca”, quando ela alisa o cabelo, por exemplo.

Além do mais, essa mesma sociedade é cruel nos comentários a respeito dos traços fenotípicos ao chamar o cabelo da criança negra de “pixaim”, de “nega do cabelo duro”. Da professora que conversa com uma mãe para fazer tranças no cabelo da criança, porque o cabelo dela está atrapalhando os/as outros/as alunos/as de enxergarem o quadro.

A partir de reflexões mais aprofundadas, percebemos que esses comentários “maldosos” estão intimamente relacionados ao preconceito e a discriminação racial, que cumprem um papel estratégico na manutenção de relações hierárquicas na nossa sociedade e não contribuem em nada com a valorização da diversidade racial em nosso país (Madureira & Branco, 2012; Gomes, 2003).

Nesse sentido, quando as pessoas são alvos recorrentes de discriminação racial, podem desenvolver um sentimento de inferioridade e diferentes formas de sofrimento psíquico, inclusive, com implicações preocupantes na saúde física do indivíduo. É o que demonstrou o estudo realizado por Williams e Priest (2015) a partir da análise de várias pesquisas empíricas.

Neste estudo, foi discutido que algumas pessoas de grupos étnico-raciais são tão estigmatizadas que começam a aceitar como verdadeiras as concepções prevalentes na sociedade sobre sua suposta “inferioridade biológica e/ou cultural”. Os autores nomearam essa “aceitação” como racismo internalizado. Portanto, “o racismo internalizado pode afetar adversamente a saúde ao fomentar a aceitação e a adesão pessoal a noções sobre defeitos inerentes ao próprio indivíduo e a seu grupo” (Williams & Priest, 2015, pp. 151).

Williams e Priest (2015) identificaram, também, em pesquisas realizadas por outros estudiosos, que pessoas vítimas de discriminação racial têm, frequentemente, riscos elevados de desenvolver transtornos mentais e diversas formas de sofrimento psíquico. A

discriminação racial pode levar ao maior risco do indivíduo desenvolver vários problemas de saúde como: hipertensão, incidência de câncer de mama e incidência de asma, etc. Estas podem ter impactos negativos amplos sobre a saúde e afetar diretamente a identidade do indivíduo, pois sabemos que a nossa identidade é mutável, construída com base nos aspectos culturais e ao longo da história do indivíduo, esses aspectos interferem no seu modo de ser e estar no mundo (Sawaia 2014).

Mesmo apontando a vivência e o sofrimento das pessoas negras vítimas das práticas discriminatórias recorrentes, muitos indivíduos acreditam que as relações entre pessoas brancas e negras são marcadas pela igualdade, harmonia e solidariedade, afinal somos parte do mesmo povo. Outras acreditam que existem diferenças hierárquicas entre povos e grupos sociais, assumindo com tranquilidade a falsa ideia de superioridade de uns em detrimento de outros (Munanga & Gomes 2016).

De acordo com Munanga e Gomes (2016), o nosso país ainda apresenta uma estrutura racista baseada, tanto de forma sutil quanto de forma explícita, no histórico da escravidão que perdurou durante séculos. Mesmo após a abolição, a nossa sociedade, nos mais diversos setores, continua reproduzindo sistematicamente as desigualdades raciais.

3. Percepções do Racismo na Sociedade Brasileira e a Luta do Movimento Negro

Unificado (MNU)

De acordo com Munanga (2005/2006), o Brasil tem sérias dificuldades em se assumir como um país racista por se ancorar na “teoria da democracia racial”⁸, o que dificulta que ações sejam desenvolvidas para o enfrentamento do racismo em nossa sociedade.

Entretanto, Schwarcz (2012) discorda que, no Brasil, as pessoas neguem que o racismo não existe. Para a autora, a sua prática é sempre atribuída a “outro”. O outro é sempre o racista, “eu” não. O difícil é admitir a discriminação e não o ato de discriminar. Além disso, “o problema parece ser o de afirmar oficialmente o preconceito, e não o de reconhecê-lo na intimidade” (Schwarcz, 2012, pp. 31). Para a autora, estamos diante de um racismo silencioso que acontece livremente nos espaços privados, mas não ocorre, em muitas circunstâncias, de forma explícita nos espaços públicos.

Para Munanga (2005/2006), o nosso país só começou a debater sobre a diversidade racial, quando o Movimento Negro Unificado (MNU) passou a reivindicar seus direitos ao denunciar publicamente as desigualdades existentes contra a população negra. A luta do Movimento Negro foi fundamental para denunciar que, apesar do governo brasileiro ter se tornado democrático na década de 1980 (período de redemocratização do país), a sociedade ainda não foi capaz de solucionar as profundas desigualdades econômicas e sociais existentes, bem como buscar o reconhecimento, de forma positiva, das identidades étnicas e culturais dos movimentos negros e indígenas (Adesky, 2001; Munanga & Gomes, 2016).

⁸ A teoria da democracia racial apregoava que o Brasil era um país que incluía os negros e justificavam que as desigualdades se davam não pela raça, e sim pela classe social, sendo que no futuro essas questões seriam resolvidas, sem se dar conta da situação de vulnerabilidade que a população negra vivia e que perdura até os dias atuais (Telles, 2003).

Como forma de mudar o cenário brasileiro de desigualdades sociais e raciais, o Movimento Negro Unificado tem lutado, desde 1979, ao lado de cientistas sociais e educacionais, entre outros, para que fossem criadas políticas públicas para o enfrentamento das consequências do racismo em nossa sociedade (Carvalho, 2005). Neste sentido, foi somente na conferência Durban⁹ em 2001 que o Estado Brasileiro democrático reconheceu que a nossa sociedade é racista e fez um acordo internacional, propondo-se a criar políticas públicas para eliminar as desvantagens raciais existentes no país (Carvalho, 2005; Santos, 2012).

Para Silva (2008), as reivindicações do Movimento Negro foram articuladas a um projeto político de resgate da africanidade como forma de estabelecer a identidade cultural negra, para promoção e valorização dos/as negros/as e de sua herança africana. Isso foi realizado por meio das modificações dos livros didáticos e pela inclusão de conteúdos de história e cultura afro-brasileiras para compor um projeto de sociedade multirracial, visando o acesso efetivo à cidadania (Silva, 2008).

3.1 Ações afirmativas em prol da população negra

O Governo Federal passou a adotar algumas medidas em prol da valorização da diversidade racial por meio da criação de programas de ações afirmativas para o ingresso no ensino superior, como, a reserva de cotas para negros/as em universidades públicas. Também foram criados programas como: Programa de Universidade para Todos (PROUNI) criado em 2004; Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), criado em 2011; Sistema de Seleção Unificada (SISU), criado em 2009. E, por fim, o Programa de Financiamento Estudantil (FIES) que já existia desde 1999 no Governo do presidente

⁹ Conferência Mundial contra o racismo e a xenofobia realizada na África do Sul em 2001.

Fernando Henrique Cardoso e foi ampliado no Governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, no qual foi mudado alguns critérios de inscrição.

Outra forma de reconhecimento da valorização da cultura negra é a promoção de políticas públicas de afirmação de cotas raciais/sociais. Em 2012, foi sancionada pela presidenta Dilma Rousseff a Lei nº. 12.711/12 que promulga que todas as universidades públicas federais e os institutos técnicos federais são obrigados a reservar, no mínimo, 50% das vagas para estudantes que tenham cursado todo o ensino médio em escolas da rede pública. Estes estudantes devem ter renda *per capita* de até um salário mínimo e meio, com distribuição proporcional das vagas entre pretos, pardos e indígenas, de acordo com a proporção destes grupos étnicos, conforme o Estado onde o curso for oferecido (Lei nº. 12.711/12).

Para Ristoff (2014), a lei das cotas abriu importantes espaços para estudantes das escolas públicas e para os grupos sociais sub-representados na nossa sociedade. Portanto, já é possível visualizar a mudança de perfil de alunos/as nos Campi das instituições particulares e públicas de Ensino Superior, em função de políticas públicas como o PROUNI, FIES e a reserva de cotas em universidade públicas. No entanto, há que se ter clareza de que muito ainda tem que ser feito para que esta mudança se estenda efetivamente a todos os cursos de graduação, em especial aos de alta demanda (Ristoff, 2014).

Essas ações afirmativas criadas pelo Estado democrático Brasileiro demonstram que, por meio da educação escolar, é possível desconstruir preconceitos e encontrar melhores estratégias para o enfrentamento do racismo existente em nossa sociedade.

3.2 O papel da escola e da psicologia na desconstrução de preconceitos

Ao buscar maneiras eficazes de enfrentamento do racismo, podemos criar uma sociedade mais justa e igualitária para todos/as. Nesse sentido, “a escola pode contribuir de diferentes formas no enfrentamento do racismo no cotidiano, como, por exemplo, criar estratégias integradas de combate aos preconceitos” (Madureira & Branco, 2012, pp.152).

Segundo Gomes (2010), com a aprovação da lei 10.639/03, tornou-se obrigatória a inclusão do ensino de história da África e da cultura afro-brasileira nas escolas públicas e particulares no Brasil. Conhecer as nossas raízes africanas é uma forma de superar o preconceito racial arraigado no imaginário social, na direção da valorização da diversidade racial e cultural que perpassa a sociedade brasileira.

Além disso, um dos objetivos da lei 10.639/03 é incluir, efetivamente, na escola discussões sobre a história africana e a cultura afro-brasileira. Tal lei pode contribuir na construção de posturas éticas e mudar o olhar sobre a diversidade racial (Gomes, 2010).

No entanto, a autora também faz críticas acerca da forma como a lei 10.639/03 é introduzida no espaço escolar e porquê muitos educadores/as tendem a reduzi-la. Isso acontece por compreenderem que a lei deve ser usada somente em datas específicas do calendário, como, por exemplo, o Dia da Consciência Negra em 20 de novembro e a abolição da escravatura em 13 de maio. Por meio desse entendimento, corre o risco, portanto, de apagar a riqueza desta proposta.

A educação escolar é um meio importante para desconstrução de preconceitos arraigados em nossa sociedade, pois pode, de forma básica e primordial, possibilitar a ampliação do conhecimento e da reflexão crítica, possibilitar o acesso à saúde, ao lazer, às condições dignas de moradia e oportunidades de trabalho.

Marques e Castanho (2011), na pesquisa empírica realizada, discutiram a importância da escola na vida dos indivíduos que passam por ela. Eles utilizaram diferentes procedimentos metodológicos, dentre eles, entrevistas com alunos/as de 10 a 13 anos, do

ensino fundamental II das escolas públicas. A pesquisa foi realizada no espaço de um projeto de educação não formal, em uma comunidade da periferia de São Paulo.

Nesta pesquisa, eles puderam perceber que os/as alunos/as veem a escola como forma de ascensão social, mas se mostram insatisfeitos, pois a mesma não atende as suas expectativas, devido aos diversos problemas apontados pelos/as alunos/as, como: aulas vagas e sem sentido, muita cópia, falta de materiais adequados, falta de professores/as; professores/as que não conseguem dar aula nem manter a ordem, autoritarismo, desrespeito nas relações interpessoais e falta de investimento público (Marques & Castanho, 2011).

A visão dos sujeitos pesquisados aponta para a dificuldade da escola em lidar com a diversidade e as diferenças, o que resulta em um desencontro entre seus agentes e seus usuários (Marques & Castanho, 2011).

Lino (2012), em seu artigo empírico, destacou que “a escola pública nasceu com o propósito de resolver o problema da educação e, conseqüentemente, garantir a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos” (pp.133). Em contrapartida, o que percebemos é muitas escolas reproduzirem, constantemente, práticas discriminatórias que, por sua vez, acabam impedindo a expressão de cidadania.

Por isso, é importante que a escola cumpra seu papel social e político de formar as novas gerações baseadas no compromisso de descortinar crenças e concepções que levam para o caminho da manutenção das desigualdades raciais, as quais não contribuem em nada com o respeito e valorização da diversidade racial existente em nossa sociedade.

Para Moreira e Câmara (2010), a escola atualmente não comporta mais tradicionalismos. Ela precisa ser reinventada, ser um local privilegiado de formação de novas identidades e mentalidades capazes de construir respostas sempre com caráter histórico e provisório para as grandes questões que enfrentamos hoje, tanto no plano local quanto no plano nacional e internacional.

É de suma relevância o papel desempenhado pelo/a professor/a na formação da criança e do adolescente. Portanto, investir na formação desses/as docentes significa promover ações que contribuam para sua atuação profissional, interligando teoria e prática, contemplando diferentes necessidades, curiosidades e interesses que se apresentam na sua prática cotidiana (Schlindwein, 2010).

Para promover ações que contribuam com a valorização da diversidade racial em nosso país, é preciso que os profissionais da educação estejam atentos às questões que permeiam a construção das identidades e das diferenças, bem como as questões ligadas à orientação sexual, gênero, classe social, dentre outros marcadores sociais.

No entanto, durante os cursos de licenciaturas essas questões nem sempre são discutidas, mas, na atuação profissional, os/as educadores/as sempre se deparam com elas. É muito importante, que os/as profissionais da educação se esforcem para vencer os obstáculos e comecem a se perceber como agentes importantes na valorização e reconhecimento da diversidade étnico-racial e cultural do nosso país (Moreira e Câmara, 2010).

Madureira (2007) destaca que uma das formas de preencher a lacuna deixada na formação inicial destes/as profissionais nos cursos de licenciatura, é possibilitar e/ou facilitar a formação continuada para que eles/as tenham acesso às questões ligadas à raça, à orientação sexual, ao gênero, etc. Buscando, nessa linha, sensibilizá-los/as em relação ao compromisso ético e político com a transformação social e o desenvolvimento de uma cultura democrática na escola, fundamental na consolidação da democracia em nosso país.

A psicologia escolar também pode contribuir para o enfrentamento de muitas dificuldades nesse contexto, propiciando a construção de espaços para que os indivíduos possam refletir acerca das questões raciais. Pode contribuir buscando transformar a si mesmos e os contextos em que estão inseridos; mantendo o foco “em ações e estratégias orientadas para que o/a psicólogo/a escolar facilite e incentive a construção de estratégias de

ensino tão diversificadas quanto forem as possibilidades interativas de aprendizagem” (Marinho-Araujo & Almeida, 2013, pp. 88).

A psicologia pode atuar de forma preventiva no que se refere às práticas discriminatórias, colaborando com a construção de um espaço de saúde mental na comunidade escolar, questionando e desconstruindo discursos cristalizados junto aos atores sociais que dela fazem parte (Madureira, 2007; Madureira & Branco, 2012, 2014).

A problematização do espaço escolar, com o intuito de redimensionar as relações sociais entre os profissionais de psicologia – em formação ou não –, pode contribuir para transformar este espaço cidadão, produzindo sujeitos conscientes de si e do mundo e possibilitando, através da construção de novas significações, um mundo comum para todos (Lino, 2012, pp. 143).

Enquanto ciência e campo de atuação profissional, a psicologia tem muito a contribuir, tanto no assessoramento aos professores/as quanto contribuindo com o aprimoramento de suas práticas cotidianas, aproximando, por exemplo, a família da escola.

O trabalho dos/as psicólogos/as escolares deve ir em direção à prevenção, buscando identificar precocemente problemas relacionados às questões raciais, tais como preconceito racial, discriminação racial, entre outros, contribuindo para evitar uma série de práticas violentas contra vários grupos.

O/a psicólogo/a escolar deve buscar percorrer os espaços da escola, conhecer os/as alunos/as, os/as profissionais da educação, participar da vida escolar, pois somente dessa forma, é possível observar os acontecimentos no dado contexto, a fim de que sejam construídas estratégias de intervenção adequadas e contextualizadas sobre o problema.

4. Metodologia

Para investigar determinado objeto de estudo delimitado, o/a pesquisador/a deve fazer escolhas adequadas no campo metodológico. Segundo Madureira e Branco (2001), essa escolha depende da criatividade do/a pesquisador/a para construir uma metodologia que melhor se adeque aos objetivos da sua pesquisa e à natureza dos fenômenos investigados, sendo coerente com os pressupostos epistemológicos e teóricos que norteiam a pesquisa.

Tendo como base a prerrogativa acima, escolhemos utilizar, nessa pesquisa, a metodologia qualitativa. De acordo com Minayo (2015), o método qualitativo procura responder questões muito particulares acerca dos seres humanos, envolvendo os significados, os motivos, os valores, os sentidos, as aspirações, as crenças e outros elementos das expressões humanas. Para Minayo (2015), os seres humanos são entendidos, na pesquisa qualitativa, como parte da realidade social e, ao mesmo tempo, se distinguem no agir, no pensar, ao interpretar suas ações dentro e a partir de uma realidade vivida e partilhada nas suas relações sociais cotidianas.

Nesse sentido, a pesquisa qualitativa pode proporcionar uma compreensão aprofundada sobre os significados atribuídos pelos/as participantes em relação aos temas investigados, possibilitando ao/à pesquisador/a ir além dos conteúdos manifestados, buscando nas “entrelinhas” o que foi explicitamente comunicado (Gomes, 2015; Madureira, 2007).

Para investigar o tema de pesquisa, foram utilizados três recursos metodológicos distintos. São eles: entrevistas individuais semiestruturadas (anexo A), vídeos (link de acesso, anexo B) e imagens estáticas pré-selecionados (anexo C). De acordo com Madureira e Branco (2001), o uso da entrevista é um recurso metodológico que possibilita a emergência de um espaço dialógico de co-construção de significados por parte dos/as participantes e do/a pesquisador/a. Nesse espaço dialógico, tanto o/a pesquisador/a como os/as participantes

podem refletir ou chegar a questionamentos que antes eles/as não haviam pensado. Trata-se, portanto, de um recurso metodológico fértil na construção de novas articulações entre o teórico e o empírico acerca do fenômeno estudado (Madureira & Branco, 2001).

As imagens previamente selecionadas e apresentadas aos/às participantes foi mais um recurso utilizado nessa pesquisa para ampliar a discussão sobre o fenômeno estudado, para além do que foi perguntando pelo/a pesquisador/a. De acordo com Santaella (2012), no campo das imagens, existem vários domínios, como, por exemplo, as imagens mentais, as imagens perceptuais, as imagens verbais, as imagens ópticas e as imagens como representação visual (Santaella, 2012).

Particularmente, o que nos interessa são as imagens enquanto representações visuais. Elas são chamadas de “representações” porque foram criadas artificialmente por seres humanos, necessitando, para tanto, da mediação de habilidades, instrumentos, suportes, técnicas e tecnologias. São exemplos de imagens visuais as fotografias, os desenhos, as gravuras, as imagens cinematográficas e as televisivas (Santaella, 2012).

As imagens como representações visuais podem apresentar-se também na modalidade simbólica. “Essas figuras têm por função representar significados que vão além daquilo que os olhos veem. O simbolismo adiciona camadas de significados que estão por trás das imagens” (Santaella, 2012, pp. 19).

“As imagens como representações visuais podem ter como finalidade aguçar e ampliar nossa capacidade perceptiva e regenerar nossa sensibilidade visual” (Santaella, 2012, pp. 19-20). “Toda imagem no domínio das representações visuais apresenta múltiplas camadas: subjetivas, sociais, estéticas, antropológicas e tecnológicas” (Santaella, 2012, pp. 21).

Segundo Madureira (2016), quando as imagens, como representações visuais, são exploradas em pesquisas como ferramentas metodológicas, podem possibilitar ao/à

pesquisador/a uma análise aprofundada acerca dos significados atribuídos pelos/as participantes, especialmente quando abordamos temas polêmicos e difíceis de serem contemplados apenas com perguntas diretas, como, por exemplo, preconceito racial, discriminação racial, dentre outros (Madureira, 2016). Portanto, a apresentação de imagens em nossa pesquisa foi um recurso fértil na análise e interpretação dos significados culturais presentes nas entrelinhas do discurso dos/as participantes (Madureira, 2010, 2016).

Antes da realização da entrevista semiestruturada e da apresentação das imagens previamente selecionadas, utilizamos dois vídeos, como aquecimento, no início da entrevista individual. O primeiro vídeo refere-se à uma propaganda realizada por uma rede de lojas de departamentos. Ele foi divulgado em março de 2014 para homenagear o Dia Internacional da Mulher, comemorado todo ano no dia 08 de março. O conteúdo do vídeo mostra uma mulher branca recebendo vários acessórios como bolsas, sapatos e joias de mãos negras. No entanto, enquanto a mulher branca está sempre visível no vídeo, o corpo da mulher negra é retratado apenas em partes e nunca em sua integridade. Sempre “servindo” os desejos da mulher branca.

O segundo vídeo utilizado é de um comercial de produtos cosméticos que teve como protagonista uma mulher negra. Nessa propaganda veiculada na televisão, há uma representação positiva da identidade negra, incluindo a valorização dos traços fenotípicos da negritude.

Os vídeos apresentados são bem curtos, tendo menos de sessenta segundos cada um. Eles foram utilizados com a intenção de criar um clima “favorável” para que as participantes pudessem ficar mais à vontade durante a entrevista, pois, conforme discutido ao longo deste trabalho, falar sobre questões raciais produz “desconforto” em algumas pessoas na nossa sociedade. Isso ocorre porque muitas delas acreditam que esse tema não precisa mais ser discutido. Segundo Napolitano (2013 citado por Barreto, 2016), o vídeo é um recurso

metodológico interessante para introduzir um novo assunto e para despertar a curiosidade para novos temas.

Cabe destacar que, todas as participantes receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), de acordo com o modelo disponibilizado pelo comitê de Ética em pesquisa (CEP- UniCEUB)-(anexo D). O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília (CEP UniCEUB) (Anexo E). Prezando o compromisso ético com as participantes, seus nomes foram substituídos por nomes fictícios para que permaneçam em sigilo.

Antes da realização das entrevistas, foram esclarecidas todas as questões éticas envolvidas na participação voluntária em pesquisas por meio do documento intitulado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

4.1 Participantes

As participantes dessa pesquisa foram (seis) 6 profissionais da educação, todas do gênero feminino que atuam no ensino fundamental I e ensino fundamental II no Distrito Federal.

Segue tabela, com maiores informações sobre as participantes:

Tabela 1

Dados sociodemográficos das participantes.

Profissionais (Nomes fictícios)	Idade	Formação	Local de trabalho	Cor
Júlia (Professora)	45 anos	UnB	Escola pública (Plano Piloto)	Negra
Raquel (Professora)	29 anos	Anhanguera	Escola privada (Plano Piloto)	Branca
Manoela (Orientadora Educativa)	53 anos	Uniceub	Escola pública (Sobradinho)	Branca
Silvia (Orientadora Educativa)	51 anos	Uniceub	Escola pública (Sobradinho)	Branca
Adrielle (Psicóloga Escolar)	36 anos	Uniceub	Escola pública (Sobradinho)	Branca
Rafaella (Psicóloga Escolar)	36 anos	Universidade Católica	Escola particular (Plano Piloto)	Branca

4.2 Materiais e instrumentos

Em termos de materiais, foram utilizados gravador do celular, uma caneta esferográfica azul, um caderno para anotações e um *tablet* (para apresentar as imagens e vídeos). Os instrumentos utilizados foram: dois vídeos, um roteiro de entrevista semiestruturada e apresentação de imagens previamente selecionadas sobre a temática focalizada na pesquisa.

4.3 Procedimentos de construção de informações

Após o parecer favorável à realização da pesquisa de campo por parte do Comitê de Ética em Pesquisa do UniCEUB, a pesquisadora entrou em contato com as participantes da pesquisa por meio de sua rede social para combinar um dia e horário específicos para a realização das entrevistas, de acordo com a disponibilidade das participantes e da pesquisadora.

Quatro entrevistas foram realizadas nas escolas em que as participantes trabalham; uma entrevista foi realizada no UniCEUB, instituição de ensino da pesquisadora, cuja participante também estuda; e uma entrevista foi realizada na residência da participante. Foram esclarecidas as questões éticas envolvidas na participação voluntária na pesquisa por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e foram sanadas as eventuais dúvidas que surgiram. Com o consentimento das participantes, a entrevista foi gravada. Posteriormente, foi feita a transcrição literal do áudio de cada entrevista, e, após a finalização da pesquisa, os áudios serão destruídos. Cabe mencionar que os gastos provenientes desta pesquisa, foi custeada pela pesquisadora assistente.

4.4 Procedimentos de análise

Utilizamos, como procedimento de análise e interpretação das informações construídas no momento empírico, a técnica de análise de conteúdo. De acordo com Bardin (2010), a técnica de análise de conteúdo possibilita o/a pesquisador/a levantar indicadores para inferências encobertas da mensagem transmitida e ir além das aparências do que está sendo comunicado. A referida técnica também permite ao/à pesquisador/a uma interpretação aprofundada do discurso do/a participante.

Para realizar a construção de informações na pesquisa de campo e sistematizar o discurso expresso pelas participantes, escolhemos utilizar a técnica de análise de conteúdo

temática. A análise de temas relevantes possibilita ao/a pesquisador/a articular as informações mais importantes que emergiram na pesquisa de campo e apreender os sentidos expressos na comunicação de cada participante no momento da pesquisa de campo (Gomes, 2015).

Em linhas gerais, a análise de conteúdo é organizada em três etapas: a primeira é a etapa de organização e tem como objetivo tornar operacionais as sistematizações das ideias iniciais. Essa primeira etapa é a fase de escolher os documentos a serem submetidos à análise, de formular as hipóteses, de levar em conta os objetivos da pesquisa, e, por fim, a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final (Bardin, 2010). A pré-análise tem como objetivo a organização, embora seja ela mesma composta por atividades não estruturadas (Bardin, 2010).

Na segunda etapa, é realizada uma exploração do material recolhido na pesquisa de campo. Nessa etapa, busca-se distribuir os trechos e frases de cada participante, visando identificar núcleos de sentido entre ideias implícitas e explícitas, convergentes ou divergentes para que o/a pesquisador/a possa encontrar eixos orientadores para interpretação. A partir daí, são construídas as categorias analíticas temáticas levando em conta os objetivos centrais da pesquisa, bem como as informações relevantes (temas significativos) presentes nas entrevistas (Bardin, 2010; Gomes, 2015).

A terceira etapa diz respeito ao tratamento dos resultados, inferências e interpretação. Nela, faz-se a condensação e o destaque das informações para análise. É o momento de análise reflexiva e crítica do/a pesquisador/a, buscando articular a fundamentação teórica e as informações construídas ao longo da pesquisa de campo (Gomes, 2015).

Dessa forma, foram criadas as seguintes categorias: 1) Discursos midiáticos e questões raciais a partir do olhar das participantes; 2) Crenças das participantes em relação às questões raciais no Brasil; 3) Práticas voltadas à ou para desconstrução do racismo; 4) Racismo, corporeidade e invisibilidade.

5. Resultados e Discussão

A seguir, iremos apresentar, por meio das categorias analíticas construídas anteriormente mencionadas, os resultados mais significativos no contexto de pesquisa de campo. Cabe destacar, o quanto as questões raciais despertam um certo desconforto em algumas participantes, pois sempre no momento inicial de entrevista era perceptível o quanto elas estavam apreensivas. Isso ficou evidente quando as participantes me faziam diversas perguntas sobre a temática, como, por exemplo, quais perguntas eu iria abordar; por que elas tinham sido escolhidas para participar da pesquisa; o fato de serem brancas (apenas uma das participantes era negra) e talvez não soubessem responder muita coisa sobre o tema investigado.

Outro elemento que cabe destacar, corresponde às expressões recorrentes que representam o imaginário social dominante sobre as questões raciais no Brasil. Tais expressões demonstram que nossa sociedade acredita que as pessoas mais indicadas para falar sobre o tema são aquelas que o vivenciam, são engajadas ou participam de movimentos políticos. Vale citar o comentário comumente ouvido pelas profissionais: conheço um/a professor/a negro/a na escola muito engajado/a com as questões raciais que poderia contribuir muito mais que eu sobre esse tema.

As entrevistas foram todas com profissionais da educação do gênero feminino, sendo cinco brancas e uma negra. Sem dúvida, a professora negra trouxe muitas contribuições, mas as profissionais brancas, em sua maioria, trouxeram também argumentações relevantes sobre a temática ao longo da entrevista. Ou seja, questões referentes à diversidade racial são um assunto pertinente a todos/as e não somente a um determinado grupo étnico-racial, principalmente, aos/às profissionais que estão no contexto escolar, pois eles/as se defrontam com essas questões no seu cotidiano; em sala de aula e nas dependências da escola.

Pude perceber, também, o quanto falar sobre questões raciais em nosso país remete a pensar sobre o/a negro/a, racismo, preconceito racial, discriminação racial, e isso, de certa forma, causa um receio nas pessoas de serem “tachadas” de racistas, a partir do que elas verbalizam; de ir na contramão do que é aceito socialmente, moralmente, politicamente, juridicamente, etc. Portanto, o tema focalizado na pesquisa precisa ser abordado de forma cuidadosa. Pensando nisso, no momento de construção dos recursos metodológicos, resolvemos iniciar a entrevista mostrando dois vídeos com o objetivo de “quebrar o gelo” e deixar as participantes mais confortáveis, acreditando na possibilidade dos mesmos serem usados como veículos essenciais a fim de aproximá-las do tema da pesquisa.

Segundo o previsto, como objetivo geral, buscamos analisar como os discursos midiáticos podem influenciar a atuação dos/as profissionais da educação do ensino fundamental em relação às questões raciais.

5.1 Discursos midiáticos e questões raciais a partir do olhar das participantes

De acordo com Pereira (2008), as atividades sociais passaram a transcorrer em grandes distâncias espaço-temporais em que indivíduos vivem relações globalizadas em suas práticas cotidianas via mídia. Sendo assim, é possível notar atualmente a dependência das pessoas quanto ao uso do celular com internet. Com esse aparato tecnológico é possível, em questão de segundos, acessar qualquer tipo de informação.

Em relação às questões raciais, por um lado, há pessoas que utilizam as novas tecnologias de informação para divulgar suas ideias de cunho racista e, por outro lado, há aquelas que as utilizam como forma de enfrentamento da discriminação racial existente em nosso país. A psicóloga escolar Adriele trouxe o seguinte exemplo extraído da mídia:

“Se você pega o caso daquela jornalista [Maria Júlia Coutinho] que foi ofendida, das atrizes que levantam bandeira e que denunciam, vão atrás, mostra que é possível... até para ter uma identificação. Algumas pessoas vão se identificar com isso, de enfrentamento diante de uma realidade, seja ela racial ou qualquer outra (...)” (Psicóloga Escolar Adriele).

A participante concorda que a mídia reforça o racismo, mas paradoxalmente, busca trabalhar no enfrentamento da discriminação racial, mostrando que é possível lutar contra essa prática discriminatória, haja vista que as vítimas de racismo geralmente se omitem em virtude do constrangimento. Quando elas veem pessoas famosas que sofreram o mesmo que elas e não ficaram caladas diante da situação, pode, nesse sentido, contribuir para que outras pessoas negras também busquem os seus direitos. Essa atitude ocorre, pois a forma como as pessoas famosas se posiciona, pode funcionar como um modelo identificatório positivo para outras pessoas negras que estão assistindo, acessando ou ouvindo a reportagem.

No entanto, um estudo realizado por Guareschi et al (2002) com o objetivo de investigar o processo de construção da identidade de meninos/as entre 15 e 18 anos, do 5º ano e do 8º ano do Ensino Fundamental II, de uma escola municipal da Zona Leste de Porto Alegre, localizada em uma comunidade de periferia; mostrou o seguinte resultado: embora a mídia tenha um importante papel enquanto instituição produtora de discursos e, por conta disso, de sentidos, que se impõem produzindo “verdades”. Os/as jovens, muitas vezes, resistem aos sentidos hegemônicos da mídia, à medida que não os tomam como verdade absoluta.

As crianças, os/as adolescentes e os/as jovens, muitas vezes, resistem aos sentidos de determinados fenômenos que a mídia apresenta, no sentido de buscar de forma ativa reelaborar, questionar e reformular as mensagens transmitidas. Isso demonstra que eles/as

não absorvem de maneira passiva as informações que recebem, incluindo as que ocorrem na mídia.

Nesse sentido, de acordo com Valsiner (2012), o processo bidirecional implica na constante decomposição e recomposição de mensagens comunicativas. O modelo bidirecional ressalta o papel ativo das pessoas e a forma como elas conduzem os múltiplos cursos de reconstrução de mensagens (Valsiner, 2012). Portanto, “na transmissão cultural do conhecimento, todos/as os/as participantes estão transformando, ativamente, as mensagens culturais recebidas” (Valsiner, 2012, pp. 34).

Independentemente de como as pessoas vão interpretar os discursos midiáticos em relação às questões raciais, é importante ter mais pessoas negras em evidência nos jornais, nas novelas, nos programas televisivos para que assim como os/as brancos/as já são bem representados/as, os/as negros/as também possam se sentir igualmente vistos nesses espaços.

A psicóloga Adrielle apresentou o seguinte comentário: *“quando é colocado um ator negro com um papel principal, eu vejo que acaba reforçando esse preconceito e acaba também fortalecendo essa divisão entre as raças”*.

Cabe mencionar que muitas pessoas brancas em nossa sociedade, perpassada pelo racismo se incomodam em ver pessoas negras bem-sucedidas, porque, muitas vezes, acham que quem deveria estar ocupando aquele lugar ou papel de destaque deveria ser uma pessoa branca, devido aos benefícios simbólicos da branquitude (Gomes, 2010). Mas quando as pessoas negras veem a ascensão de outros/as negros/as, isso pode fortalecer o seu sentimento de pertencimento étnico-racial e ajudar a compreender que pessoas negras também podem conquistar determinados espaços, historicamente dominados por pessoas brancas.

De acordo com Silva (2014), os benefícios simbólicos da branquitude correspondem aos privilégios de ser branco/a em nossa sociedade. As pessoas brancas, frequentemente,

obtêm privilégios que as auxiliam na manutenção de vantagens e na concentração de mais recursos, enquanto as pessoas negras são constantemente desvalorizadas.

Assim, quando a mídia busca ir na direção do enfrentamento do racismo, desconstruindo crenças estereotipadas sobre pessoas negras, tal qual, mostrar nas novelas que o/a negro/a pode ser juiz/a, médico/a, advogado/a, e também, desconstruindo ‘o mito’ que as sociedades capitalistas geram, de que as pessoas vencem sempre pelo seu esforço individual, pode contribuir com a valorização da diversidade racial (Oliveira, 2002).

Valorizar o crescimento profissional de uma pessoa somente pelo seu mérito individual, significa esquecer de quem se “sacrificou” para que ele/a alcançasse determinado status e/ou certa condição socioeconômica. São as famílias de classe média/alta que, geralmente, podem proporcionar uma educação de qualidade para os/as filhos/as. Em contrapartida, as famílias das camadas populares, dificilmente podem arcar com os custos de uma educação escolarizada de qualidade.

Baseado na afirmativa acima, argumentar que as pessoas negras deveriam conquistar melhores posições na sociedade por mérito próprio, é na prática perpetuar uma situação de injustiça e desigualdade. Afinal, não é por falta de mérito que os/as negros/as são majoritariamente pobres no Brasil. Trata-se das sequelas de nossa longa história de escravidão, racismo e violência (Munanga & Gomes, 2016, pp. 189).

A psicóloga Rafaella relatou que os/as alunos/as constantemente comentam sobre as cotas raciais, referindo-se a elas como uma “bobagem”. Ao ouvir isso, ela fez a seguinte intervenção:

“Eu falei, não! Bobagem? Porque vocês não têm noção, não precisam e não tem noção do que é a ... sentir na pele literalmente a discriminação”. E acrescentou que: *“mas isso é discutido, dependendo da área do professor, isso é muito valorizado e também aproveitam a oportunidade, e só chega pra mim, normalmente, quando isso extrapola. Então, no dia-a-dia mesmo, assim nos discursos, a gente sabe que existe mas não é um tema...”*

Nesse sentido, destaca-se a importância da criação de políticas públicas de ações afirmativas em prol da população negra e pobre. Segundo Ristoff (2014), a lei das cotas abriu importantes oportunidades para estudantes das escolas públicas e para os grupos sociais sub-representados na nossa sociedade.

Para a professora Júlia, é preciso mais discussões na mídia a respeito das questões raciais. Segundo ela, *“alguns programas televisivos contribuem para o enfrentamento do racismo. Como, por exemplo, a TV aberta, os canais da TV Brasil, TVE, têm algumas discussões excelentes, mas que é pouco assistido e pouco acessado pela maioria da população”.*

A rede Globo, por exemplo, é uma emissora de televisão aberta que, aos poucos, tem dado visibilidade, com ressalvas, aos papéis interpretados/as por pessoas negras, mas, ainda assim, existem muitos personagens estereotipados. Na tentativa de mostrar, nas telenovelas, recortes da realidade social, as pessoas negras aparecem geralmente em papéis nos quais são bandidos, dependentes químicos, com baixo poder aquisitivo e com pouca ascensão social e/ou econômica.

Segundo Grijó e Souza (2012), nas novelas, os/as negros/as no contexto familiar aparecem identificados somente com o primeiro nome; dificilmente são identificados pelos seus sobrenomes de família, como é comum ocorrer entre os personagens brancos.

“Eu acho que a mídia, a TV Globo, as novelas e tal, só reproduzem a realidade, então, que acaba sendo... pra quem não tem conhecimento, não tiver o contato com essa ampliação de visão acaba se reforçando e mostrando que é natural essa violência (...) Tem horas que reforça, depende do que ele quer comunicar, tem horas que isso é só um fortalecedor de que negro não é gente, como se não fosse gente e tem hora que é uma forma até de enfrentar, mostrar outro conceito, de mostrar o preconceito pra poder ser discutido” (Psicóloga Escolar Rafaella).

Segundo Acevedo e Nohara (2008), a expressão de racismo na mídia aparece representado, por exemplo, na interação dos personagens, em que negros/as e brancos/as pouco interagem ou, quando há interação, está presente um desequilíbrio de poder ou de status socioeconômico. Tal desequilíbrio é operacionalizado a partir das diferenças entre vestimentas ou profissões. Os/as negros/as são mostrados/as com vestimentas mais simples ou em profissões subalternas. Além disso, quando as interações são mais equilibradas é mais comum que ela aconteça entre crianças das duas etnias ou ainda entre crianças ou adolescentes negros/as e adultos brancos (Acevedo & Nohara, 2008).

“Eu ainda não vejo na mídia a representação do negro valorizado enquanto pessoa. (...) Porque, nos enredos televisivos, (...) [eles colocam o negro] (...)pra dizer que não

tá sendo racista. Mas tem que ter cuidado, porque, muitas vezes, fica caricatural, fica fantasioso, fica até estranho. (Orientadora Educacional - Manoela).

Essas representações que envolvem a desvalorização das pessoas negras na mídia são marcadas, com frequência, pela subalternidade e, conseqüentemente, pela contínua manutenção do *status quo*, porque ao representar os/as negros/as como subalternos acaba por sustentar as relações de poder dos/as brancos/as para como os/as negros/as existentes em diversas esferas sociais (Madureira & Branco, 2012).

Uma das vias para manter a regulação e controle das práticas não-hegemônicas, é construir conhecimentos organizados em torno das relações de poder. Os conhecimentos produzidos pela publicidade, assiduamente, são direcionados a práticas de autocontrole e auto regulação e estas práticas podem ser concretizadas na vida cotidiana, através do corpo, do comportamento e das relações estabelecidas socialmente (Sabat, 2001).

A orientadora Silvia e a professora Raquel acreditam que “*a mídia ajuda, mas ela destrói e constrói*”. As duas profissionais mencionaram o caso da menina apelidada de Titi, uma criança malawiana adotada pelo casal de famosos Bruno Gagliasso e Giovana Ewbank. Depois da adoção, a filha sofreu ataques cibernéticos de discriminação racial. O casal, então, resolveu denunciar à justiça a discriminação racial sofrida pela filha, mesmo a criança ainda não tendo consciência do que sofreu.

A orientadora educacional Silvia mencionou que, se surgisse alguma situação de discriminação racial na escola, ela utilizaria a situação do casal para promover reflexões com os/as alunos/as. Ela ainda ressaltou que achou muito bom o casal ter denunciado a discriminação racial e o caso ter tido destaque na mídia. Já a professora Raquel trouxe a seguinte reflexão: “*o que as pessoas têm que enxergar não é a cor da criança*”. Para a

participante, o que está em jogo não é a cor da criança, e sim, a relação de família que eles/as pretendem proporcionar para a malawiana, que vai muito além do pertencimento étnico-racial do casal e da criança.

De modo geral, as profissionais demonstraram estar “atenadas” com relação aos discursos midiáticos e relataram que percebem com nitidez a influência da mídia na vida diária dos/as estudantes, pois eles/as comentam em sala de aula sobre o observado.

5.2 Crenças das participantes em relação as questões raciais no Brasil

De acordo Schwarcz (2012, pp. 30), “em uma pesquisa realizada em 1988, em São Paulo, 97% dos/as entrevistados/as afirmaram não ter preconceito e 98% dos/as mesmos/as entrevistados/as disseram conhecer pessoas que tinham, sim, preconceito. Essas pessoas que os/as entrevistados/as apontaram como racistas eram pessoas próximas, como parentes, namorados/as e amigos íntimos”.

Em 1995, o jornal *Folha de São Paulo* divulgou uma pesquisa com resultados semelhantes. Apesar de 89% dos/as brasileiros/as afirmarem haver preconceito contra negros/as, somente 10% admitem tê-lo. A mesma pesquisa foi repetida em 2011 com resultados parecidos, demonstrando que os/as brasileiros/as não desconhecem a presença do racismo em nossa sociedade (Schwarcz, 2012).

Do mesmo modo, a pesquisa realizada em 1998, no Rio de Janeiro, por Fernandes (2015), mostrou que 93% dos/as entrevistados/as respondeu sim à pergunta “o Brasil é um país racista?” Porém, quando foi apresentada a pergunta “você se considera racista?”, referindo-se ao comportamento do/a entrevistado/a, 84% dos/as entrevistados/as responderam que não e somente 16% se consideraram racistas. Com respaldo na pesquisa, pode-se afirmar que o Brasil é um país racista, mas os brasileiros não atribuem essa característica para si. Esse

fenômeno é definido como racismo invisível, velado, envergonhado, racismo à brasileira (Fernandes, 2015).

“Que o país é racista e que nós somos racistas. Nós temos dificuldade.... Eu tenho dificuldade, assim, mas o fato de dizer que tenho dificuldade já é uma forma de assumir. Mas se eu tiver na parada de ônibus, à noite, sozinha e tiver uma pessoa, um negro assim com um capuz, um casaco com capuz eu vou sentir medo. Vou sentir medo” (Professora Júlia).

Segundo Schwarcz (2012), é difícil alguém negar que existe racismo no Brasil, mas, geralmente, a sua prática é sempre atribuída ao “outro”. O outro é sempre o racista, “*eu não*”, o difícil é sempre admitir a discriminação e não o ato de discriminar.

Conforme ilustra a psicóloga escolar Adrielle “*a gente pensar que o Brasil é muito étnico, a gente não tem aqui, não há que ter preconceito porque todo mundo... é uma mistura*” (...). Esse relato é muito interessante. Realmente, não deveríamos aprender a ter preconceito racial porque somos “fruto” de uma mistura racial. Entretanto, circunstancialmente, notamos que os/as brasileiros/as se utilizam dessas prerrogativas para serem contra as políticas de ações afirmativas voltadas para população negra.

Isto tem revelado a perpetuação do preconceito racial e a existência de um sistema social racista que possui mecanismos para produzir e reproduzir as desigualdades raciais em nossa sociedade. Nesse sentido, destacamos a importância de falar abertamente, nos contextos educativos, sobre as questões raciais, porque discutir tais questões não é algo particular que só deve interessar as pessoas negras ou os militantes do Movimento Negro. É uma questão da sociedade brasileira e também da humanidade (Munanga & Gomes, 2016).

“Sempre que aparecer algum tipo de preconceito, algum sofrimento, alguma demanda... isso com toda a comunidade, não necessariamente só com o aluno. Por exemplo, nós temos dois meninos que vieram esse ano que são adotivos, negros e que são bem-sucedidos, aproveitam a oportunidade, aproveitando a vida, mas que você não percebe nenhuma diferença, mas existe um certo olhar de estranhamento dos meninos brancos, pensam que são de outro país, que não são brasileiros, acham diferentes (Psicóloga Escolar Rafaella).

Esse relato da psicóloga escolar Rafaella, mostra que as questões raciais devem ser trabalhadas no contexto escolar, haja a vista que elas surgem periodicamente nos discursos dos alunos/as e na forma como eles/as se relacionam. Todavia, não raro, elas só são discutidas quando ocorrem alguma situação de discriminação racial. Só é trabalhado quando aparece no currículo como conteúdo obrigatório e, ainda, de forma superficial.

De fato, mesmo tornando obrigatória a inclusão do ensino da história da África e da cultura afro-brasileira nas escolas públicas e particulares no Brasil, por meio da lei 10.639/03, percebemos que ela é pouco introduzida no espaço escolar. Muitos educadores/as tendem a reduzi-la por compreenderem que ela deve ser usada somente em datas específicas do calendário, apagando a riqueza da proposta (Gomes, 2010), conforme demonstrado pela professora Raquel em relação à maneira como as questões raciais são estudadas na escola dela: *“(...) até quando vai falar de escravidão, eles têm no livro de história, mas é coisa bem pouquinho mesmo a parte da escravidão, do dia da consciência negra é um pouquinho mais amplo e eles levam numa boa”*.

Retomando o relato da psicóloga escolar Rafaella quando ela traz a seguinte questão: *“eles estão aproveitando a oportunidade, aproveitando a vida”* - é uma questão a ser problematizada porque todas as crianças merecem ter uma educação escolar de qualidade

independente de sua cor, mas o que vemos é que quando uma pessoa negra tem a chance, como, por exemplo, de ser adotado/a por famílias brancas de classe média/alta, ele/a tem o dever e obrigação moral de corresponder com zelo a essa “oportunidade” que lhe foi dada.

A representação de pessoas negras nos espaços ocupados historicamente por pessoas brancas, como é o caso da escola particular de classe média alta em que a participante atua, além de demonstrar que os/as negros/as dificilmente têm acesso a esses serviços e, quando têm, são vistos com certa estranheza pelos demais.

A professora Júlia (profissional e mulher negra), e a orientadora educacional Manoela, (profissional e mulher branca), demonstraram estar preocupadas em trabalhar as questões raciais no contexto escolar. Entretanto, paradoxalmente, relataram a urgência da inclusão dessas questões no currículo dos/as profissionais da educação, para prepará-los e sensibilizá-los em relação ao tema racial em nossa sociedade:

“Eu acho que na graduação você precisa ter, já ter um fórum, um espaço em que essas questões sejam discutidas. Não sei se talvez uma disciplina né, com essas questões. A Lei 10.639 ela não é conhecida e ela é lei né? Lei e não é conhecida. Isso é impressionante. É... então eu acho que... a formação já na faculdade deveria encarar isso” (Professora Júlia).

“Eu acho que a gente tá... nós que estamos aí nessa formação a gente tem que... temos essa luta pra desconstruir. Então, essa sensibilização, esse mecanismo de trabalhar o sujeito histórico, participativo, empoderado eu acho que isso precisa realmente vir na formação” (Orientadora Educacional Manoela).

A reflexão da professora Júlia é muito importante, porque a Lei 10639/03 deveria ser efetivamente trabalhada nas escolas públicas e particulares. Mas o cenário é outro. Grande parte dos/as profissionais da educação, quando confrontados acerca da problemática, “fogem” dessa temática por não terem a propriedade necessária para abordagem do tema e, além de tudo, não terem tido, na formação acadêmica, conhecimento aprofundado sobre assuntos ligados às questões raciais.

Todavia, essas questões permeiam o espaço escolar e é preciso, portanto, que os/as profissionais da educação estejam atentos a elas, buscando aprofundar seus conhecimentos sobre esses assuntos por meio de cursos, de pesquisas científicas, de leituras, de trocas de informações com outros profissionais, etc., para superar lacunas deixadas pela sua formação acadêmica (Moreira & Câmara, 2010). Pondo em prática essas recomendações, eles/as possivelmente se tornarão agentes ainda mais importantes na valorização da cidadania e no reconhecimento do indivíduo, no que diz respeito à diversidade étnico-racial e cultural do nosso país (Moreira e Câmara, 2010).

De modo geral, as crenças das participantes em relação às questões raciais demonstraram que elas reconhecem que o nosso país é sim racista e acreditam ser importante investir mais na educação profissional, principalmente dos/as professores/as e pedagogos/as. Isso é importante para que eles/as tenham um olhar mais atento e aprofundado sobre os casos de discriminação racial que, sem dúvida, presenciam no contexto escolar e, acima de tudo, para que eles estejam preparados/as para realizarem intervenções com o foco na desconstrução do racismo tão arraigado na sociedade brasileira.

5.3 Práticas pedagógicas voltadas à ou para desconstrução do racismo

É importante notar que, no âmbito escolar, o preconceito racial sempre surge, seja de forma sutil ou mesmo de forma explícita. Nesse sentido, pensar em propostas para desenvolver práticas pedagógicas que possam contribuir para desconstrução do racismo é de extrema relevância.

Podemos destacar, a partir das considerações apresentadas pela psicóloga escolar Adriele sobre como podemos trabalhar as questões raciais na escola, três pontos: primeiro deve ser feito um trabalho com o/a professor/a para prepará-lo/a para intervir de forma adequada em situações em que um/a aluno/a xinga o outro de “macaco”, de “cabelo duro”, bem como outros comentários de cunho racista. De acordo com a participante, esse preparo é importante porque *“o/ professor/a é a referência do/a aluno/a e também porque é com ele/a que o/a aluno/a passa a maior parte do tempo”*.

O segundo ponto, seria trabalhar com os/as alunos/as questões raciais porque *“eles/as trazem valores e crenças da sua convivência na família, na comunidade e da escola”*.

Portanto, discutir questões raciais com os/as alunos/as pode ajudá-los a se tornarem agentes transformadores em potencial, e isso pode ser feito utilizando recursos lúdicos, como, por exemplo, uma peça de teatro para trabalhar a questão do respeito e das diferenças, etc.

Utilizar estratégias pedagógicas que envolvam recursos lúdicos podem ajudar as crianças a multiplicar o que eles/as aprendem na escola em outros contextos, inclusive questionar situações de discriminação racial.

O último ponto mencionado pela psicóloga Adriele, seria o trabalho com as famílias, ao buscar fazer um atendimento mais focado para compreender de onde surge o preconceito racial da criança trazido para a escola. Trabalhar as questões raciais de forma adequada, buscando ajudá-los a refletir sobre a situação. Às vezes, *“essa criança já traz esse discurso de*

casa: ah, mas na minha casa a gente não aceita, é assim mesmo. Meu pai sempre fala que a gente não deve confiar nos negros”.

Ao trabalhar as estratégias pedagógicas de forma integrada, a escola pode contribuir de diferentes formas para o enfrentamento do racismo ao possibilitar que todos/as os/as profissionais tenham ao seu alcance recursos pedagógicos para lidar de forma adequada em relação às práticas discriminatórias que se fazem presentes nesse espaço (Madureira & Branco, 2012).

Especificamente, estratégias de intervenção, tais quais, contar histórias com elementos da cultura africana ou levar bonecas negras para representar as crianças negras e para que elas se identifiquem com a história e com as bonecas. Tais estratégias podem estimular as crianças negras a aceitarem e valorizarem o seu pertencimento étnico-racial. Mesmo sendo um trabalho de “formiguinha”, tais recurso vão aos poucos tendo alguns resultados como demonstra o relato da orientadora educacional Manoela:

“Quando eu trabalhava em escolas, classes jardim, (...) a gente trazia bonequinha negra, fazia toda uma apresentação. Contava história e tal, a gente colocava a bonequinha negra, no entanto, as crianças deixavam a bonequinha negra de lado, mesmo as crianças negras. Então era muito interessante essa questão da... como é que a própria impregnação cultural vai projetando na criança”.

Intervenções realizadas por meio de projetos pedagógicos mais amplos, também podem surtir resultados significativos, como mencionou a professora Júlia, ao desenvolver na escola onde trabalha um projeto chamado “Africanidade” e, dentro deste, ela trabalha português, matemática, ciência, geografia e história. Segundo a professora, ela conta histórias

e por meio delas realiza problematizações junto aos alunos, criando questões para trabalhar nas disciplinas mencionadas.

A Lei 10.639/03 deveria ser trabalhada o ano inteiro nos conteúdos disciplinares, como a Professora Júlia trabalha. No entanto, percebemos que esse é um interesse especial dela que, inclusive, falou com muita propriedade da lei anteriormente mencionada. Quando a lei 10.639/03 é trabalhada de fato, na visão política-pedagógica da escola, pode contribuir para valorização da diversidade racial (Gomes, 2010).

A professora Júlia, relatou os ganhos que teve, especialmente, com uma aluna do 3º ano:

“Tia, eu era morena clara, assim igual você (...). A menina andava sempre com o cabelo descuidado, cabelo crespo, descuidado, preso, sempre... (...) e a amiga dela branquinha, dos cabelos lisos, desprezava ela, porque além dela ser negra, ela tinha uma... é pobre. Então, eu vi ali muitas questões ali a serem trabalhadas, né? E... aí, eu fui trabalhando, contando historinhas, trabalhando o projeto em si, e eu sei que no final do ano ela já andava com o cabelo solto e ela, nas descrições, nas produções de texto ela colocava: eu sou negra. Ela já usava a palavra. Então, ela já se reconhecia”.

O trecho *“eu sou negra. Ela já usava a palavra. Então, ela já se reconhecia”* mostra os resultados das intervenções realizadas e os efeitos causados naquela criança. De fato, é um ganho positivo e demonstra a importância da discussão sobre questões raciais dentro da escola. Quando as propostas pedagógicas que trabalham as questões raciais podem também fortalecer, de modo significativo, a identidade de pertencimento étnico-racial dos/as alunos/as negros/as no contexto escolar.

A professora Júlia, também, como forma de ampliar o conhecimento dos/as seus/suas alunos/as, convidou pessoas que trabalham com questões raciais em outros contextos profissionais para falar sobre a África:

“Eu conheci uma pessoa que trabalha no Ministério das Relações Exteriores, aí ela foi lá, na nossa escola pra conversar com as crianças sobre a África. (...) [ela conversou] sobre alguns costumes, mostrou roupas, etc, e no final do ano ela viajou, lá pra Costa do Marfim e aí os nossos alunos escreveram cartas [tiramos fotos e fizemos brinquedos de sucatas para ela levar para crianças de lá]. Ela foi em novembro e voltou em janeiro desse ano e ela também trouxe de lá, umas cartas e fotos deles. Então assim... nossa! Eu fiquei muito feliz porque o projeto atravessou o oceano!!! Foi uma experiência muito rica”.

A professora Júlia acredita que a mídia também pode ser útil para trabalhar as questões raciais, à medida que leva para sala de aula reportagens, vídeos, trechos de programas e mensagens que circulam no WhatsApp e no Facebook para as crianças produzirem algum texto ou fazerem alguma produção artística.

“Por exemplo, as vezes eu pego uma historinha que não tem no livro mas eu pego historinha do youtube, já contei sobre a boneca Baiomy, aí a gente fez a bonequinha. Já peguei histórias, situações de preconceito, levei pra sala, a gente conversou sobre isso e, ... também biografia de pessoas negras de muito sucesso de referência nacionais e internacionais. Uma vez, no programa Criança Esperança, eles fizeram uma simulação em que as pessoas teriam que entrar e falar um texto olhando pra uma pessoa, pra uma mulher negra e falando coisas muito depreciativas. Algumas

peças não conseguiram. Usei esse vídeo para fazer uma discussão com a escola toda né, na hora da entrada. Enfim, podemos usar músicas também. Tem muitas músicas com texto interessante (...)” (Professora Júlia).

O uso de estratégias para trabalhar as questões raciais no contexto escolar é mais eficaz quando buscamos levar em conta os aspectos afetivos e cognitivos, de forma integrada (Madureira & Branco, 2012). Discutir as questões raciais na escola, sem levar em conta estes aspectos, pode não contribuir efetivamente com a desconstrução do racismo.

“Porque a gente sabe que não vai ter o fruto se ficar só na exposição. Então a gente sempre usa o filme, depois traz a reflexão e depois pode até fazer um trabalho. Geralmente a gente produz junto com a turma (...) então eu vejo que eles têm que tá ali junto fazendo pra ser uma produção conjunta pra eles se sentirem parte, porque se for visto por eles como uma bronca, talvez não vai fazer essa reflexão que a gente quer, a mudança de comportamento. Então eu vejo que é importante atuar dessa forma” (Psicóloga Escolar Rafaella).

As estratégias pedagógicas são de fato importantes para desconstrução de preconceitos e práticas discriminatórias que ocorrem no interior da escola (Madureira, 2013). A realização de atividades na comunidade escolar que busquem disseminar conhecimentos sobre questões raciais, pode ser um passo importante e necessário para tornar o ambiente escolar efetivamente inclusivo e mais acolhedor.

O uso de vídeos, imagens para trabalhar questões raciais é, sem dúvida, um recurso fértil, principalmente no contexto escolar, onde crianças e adolescentes podem refletir sem se

sentirem ameaçados/as e compreenderem o quanto essas práticas discriminatórias podem causar sofrimento nas pessoas quais são vítimas delas.

No que concerne ao trabalho dos/as psicólogos/as escolares, a implementação de projetos de intervenção sobre a temática “diversidade, preconceito e promoção de uma cultura de paz” não deve focar somente no indivíduo. O/a psicólogo/a escolar deve buscar, em parceria com outros/as profissionais que atuam na escola, promover, na comunidade escolar, projetos coletivos voltados à construção de um espaço dialógico destinado à discussão e problematização sobre as raízes histórico-culturais e as bases afetivas dos preconceitos (Madureira, 2013).

5.4 Racismo, corporeidade e invisibilidade

As práticas discriminatórias vivenciadas por pessoas negras podem ter implicações preocupantes, tanto no âmbito das interações sociais como no campo subjetivo; isto é, quando as pessoas começam a sofrer psiquicamente com os ataques constantes advindos do racismo, podem desenvolver transtornos de ansiedade, depressão, etc. No entanto, muito raramente, essa questão é visível aos olhos das pessoas que não vivenciam o racismo no seu cotidiano, não levando em conta a seriedade do problema, acreditando, sobretudo, no “mito da democracia racial”.

Para Telles (2003), a ideologia da democracia racial apregoava que o Brasil era um país que incluía as pessoas negras e justificava que as desigualdades não eram atribuídas à raça, mas sim, à classe social, sendo que no futuro essas questões seriam resolvidas. No final dos anos 50 do século XX, sociólogos criticaram essa visão porque acreditavam que esta era uma forma de mascarar o racismo existente (Telles, 2003) e que dada conjuntura seria conveniente, também, para o surgimento e para manutenção de preconceitos a respeito da população negra. Isso aconteceria por disseminar ideias de que o Brasil não era um país

racista; já superamos o racismo e que a sociedade brasileira convive bem com a diversidade racial, desconsiderando que a miscigenação foi construída a partir da dominação, da colonização e da violência contra a população negra. (Gomes, 2010; Telles, 2003; Silva, 2014).

Em contrapartida, a população negra nunca foi passiva tal como contam os livros didáticos. Na luta, um dos instrumentos utilizados como resistência sociocultural foi o corpo. “A via corporal foi o percurso adotado para o combate, resistência e construção da identidade” (Munanga & Gomes, 2016, pp. 152).

Corroborando essa tese, os corpos são significados, representados e interpretados culturalmente. Portanto, é por meio do corpo, inserido em um contexto cultural, que vamos construindo os códigos identitários que permitem nosso pertencimento a um determinado grupo cultural (Le Breton, 1953; Louro, 2000). “A identidade é uma atribuição cultural que é sempre ditada e nomeada dentro do contexto de uma cultura” (Louro, 2000, pp. 62).

Nesse sentido, podemos perceber, a partir dos relatos das participantes, que o corpo negro é, muitas vezes, representado em nossa sociedade a partir de estereótipos negativos que afetam a pessoa em diversos aspectos da sua vida. A orientadora educacional Manoela relatou que tem percebido na sua prática profissional que as meninas negras têm dificuldades em aceitar o próprio corpo, de aceitar o cabelo e isso acaba repercutindo na aprendizagem. Conforme é expresso no trecho a seguir:

“(...) muitas vezes nas intervenções que a gente estava fazendo de aprendizagem, percebíamos que as crianças não tinham problemas de aprendizagem, eram questões emocionais, de medo, medo de participar, medo de falar, timidez, introspecção (...). Isso vem pela mídia, isso vem nas relações sociais, ela vem nas conversas, nas

piadinhas, na supervalorização do branco, em detrimento da cor negra. Isso é muito sério pra criança porque ela tá firmando sua identidade”.

De acordo com Silva e Branco (2012), as crianças utilizam várias rotas para construir noções de pertencimento social. Elas fazem isso por meio da convivência entre pessoas e grupos diversos nos quais elas estão inseridas. As crianças, desde cedo, passam a compreender quais são os seus direitos e os seus deveres na sociedade.

Mas o que as autoras chamam a atenção é que as crianças não compreendem seu lugar no mundo primariamente por meio de características específicas como a cor da pele. Elas não vão buscar seu pertencimento baseado, principalmente, na cor da sua pele ou na cor da pele do outro. Provavelmente, quando elas utilizam esse recurso é porque aprenderam, direta ou indiretamente, a fazer este tipo de classificação. Dificilmente elas vão concluir sozinhas que a cor da pele do outro se refere a pessoas diferentes e elas só devem brincar e fazer amizades com pessoas da mesma cor (Silva & Branco, 2012). Então, quando as crianças começam a construir sua identidade somente pela cor da pele, isso deve ser investigado.

Essa construção do pertencimento étnico-racial ocorre, frequentemente, porque é desde cedo que as crianças e os/as adolescentes negros/as, em fase escolar, começam a sofrer discriminação racial em virtude dos seus traços fenotípicos visíveis associados à negritude. A solução que a maioria encontra para enfrentar o racismo é adequar-se ao padrão hegemônico valorizado socialmente para serem aceitas e se sentirem bem consigo mesmos/as (Gomes, 2003; Silva, 2014). Essas mudanças nem sempre são suficientes para não sofrer discriminação racial, porque a discriminação continua disfarçada, sutil, ou mesmo de forma explícita.

Quando as crianças e os/as adolescentes começam a ter como parâmetro hegemônico a identidade branca é porque elas percebem, desde cedo, que a identidade branca é a

considerada modelo de beleza e de sucesso em nossa sociedade. Portanto, a desvalorização da sua identidade negra é porque essa identidade é, constantemente, inferiorizada em nossa sociedade. Como é ilustrado pela orientadora educacional Manoela: *“uma criança disse para mim que o seu sonho era ser branca; -quando eu ficar branca posso ser qualquer princesa. Mas enquanto eu não ficar branca eu não vou ser princesa, porque não existe princesa negra”*. A professora Júlia também traz um relato impactante de uma conversa com uma criança: *“Tia, eu era morena clara, assim igual você (...). Na cabeça dela eu era mais clara.”*.

O que podemos constatar nesses trechos é a falta de referências positivas em termos de modelos identificatórios para que as crianças e os/as adolescentes negros/as tenham também orgulho da sua cor. Para eles/as, só a cor branca é aceita, é admirada, e a mais bonita. O modelo identificatório que elas têm acesso o tempo todo é somente da cor branca. Nas historinhas infantis não há princesas negras, nos desenhos infantis são poucos os personagens negros/as dificultando sua visibilidade enquanto sujeito. Também elas aprendem a conviver desde cedo com os comentários e as ofensas em relação à corporeidade negra.

Portanto, “se aceitar como é” é romper com padrões hegemônicos; um processo que nem sempre é fácil. Por vezes, a mudança ocorre, quando uma pessoa está cansada de sofrer, de ser quem ela não é, de não se identificar mais com aquele padrão/modelo ou de se sentir como uma “farsa”. A mudança vem depois de uma longa trajetória e movida por reflexões profundas. Foi o caso, por exemplo, da professora Júlia, que relatou:

“Só aos 40 anos eu assumi o meu cabelo e comecei a gostar do meu cabelo, porque até então eu alisava. Eu usei aplique e quando eu ia ao salão, fazer a manutenção. Quando a raiz cresce um pouquinho, então, você vai lá, [tira o aplique, alisa a raiz e põe o aplique de novo] tem que alisar (...). Ninguém podia me ver no salão, sem o

aplique, sem aquela caracterização. E, se eu tivesse que tirar o apliche, num dia e colocar no outro, ou seja, ficar sem... Nossa! Eu já não conseguia sair de casa”.

Ao apresentar a imagem (Anexo C; imagem 2) às participantes, que representa uma mulher negra querendo se libertar dos padrões hegemônicos cultuados constantemente em nossa sociedade, podemos perceber que as percepções entre as participantes se aproximaram quando elas afirmaram que estavam vendo uma negra com uma máscara de branca tentando se esconder - esconder sua realidade, esconder a sua cor.

“Ela não está nada satisfeita. Tá tirando uma máscara. Eu vejo uma pessoa que, assim... eu penso que ela tá cansada, cansada de ter que... parecer a branca, as características, o que a sociedade vê no branco. O branco é o certo, é o correto, é o honesto, é o bonito. Ela não é isso. E não é o branco que tem valor, que é o honesto. Ela é o que ela é. É, o que eu vejo. Chega. Chega disso!” (Professora Júlia).

Para Gomes (2017), assumir o cabelo crespo pode ser expresso como símbolo de resistência cultural. Quando a mulher negra rompe com os alisamentos, ela está sujeita a se tornar uma forte marca identitária dentro do seu grupo de pertencimento étnico-racial, mas ela também pode continuar sendo vista com o estigma de inferioridade por outros grupos. Muitas mulheres negras buscam a adequação por meio do branqueamento por causa dos significados associados ao cabelo crespo e ao cabelo liso em nossa sociedade, pois o tipo de cabelo expressa determinadas marcas culturais, políticas e sociais que classificam e localizam uma pessoa dentro de um determinado grupo étnico/racial (Gomes, 2017).

Na busca pela aceitação, muitas pessoas, a qualquer custo, utilizam diversos artifícios, como, por exemplo, colocam lentes de contato para deixar os olhos mais claros, usam água

oxigenada para deixar os cabelos loiros e produtos químicos para alisar os cabelos. Em países asiáticos, há quem faça operações plásticas para diminuir as fossas nasais de pessoas com ancestralidade africana e para diminuir ou retirar os olhos “puxados” dos japoneses e das populações indígenas sul-americanas (Carvalho, 2008).

A nossa sociedade precisa trabalhar mais a aceitação da diversidade racial para que as crianças, os/as adolescentes e os/as jovens, que já vivenciam um período marcado pelas mudanças físicas e emocionais que ocorrem nos seus corpos, não tenham que lidar com situações sociais de discriminação racial provenientes da sua cor de pele. (Souza, 2015).

A formação da identidade das crianças e dos/as adolescentes podem sofrer influência de vários contextos sociais, como, por exemplo, da mídia televisiva, das revistas, das redes sociais, de outros meios de comunicação e nos espaços que elas circulam, principalmente, a escola (Souza, 2015). Ressaltamos também, a importância da mídia na formação da identidade dos indivíduos porque ela, cada vez mais, tem se tornado um espaço que produz valores e saberes; que regula condutas e modos de ser; fabrica identidades e representações (Sabat, 2001).

Em conformidade com o exposto acima, é importante que todas as pessoas negras tenham, desde cedo, modelos de referência que possam ajudá-las a enfrentar o racismo, a reconhecerem sua beleza, a conhecer a riqueza cultural, e a contribuição dos/as negro/as na construção da história desse país. A professora Júlia parece ser uma referência importante para esses/as alunos/as negros/as. Como ela mesmo relata:

“Então eu, eu gosto muito porque eu sou uma referência para os alunos, porque eu me arrumo muito, assim, eu curto muito meu cabelo, eu deixo... as vezes eu vou com o cabelo solto, as vezes eu uso trança e tal . E aí,... alguns... Teve um dia também que

uma menina falou assim pra vó e a vó falou pra mim, assim: - A minha professora é muito estilosa”.

Segundo Gomes (2017), a escola é um dos espaços onde a criança negra começa a conhecer as diversas faces do racismo. É nesse contexto que ela começa a ser rejeitada por alguns colegas por causa da sua cor (Gomes, 2017). Como é ilustrado pela professora Júlia que observou a seguinte situação: *“a menina loirinha de outra sala, branquinha, falou assim: - Não, aqui não é pra criança negra, não entra não”* (...). As crianças começam a ter clareza que estão sendo rejeitadas por causa da sua cor desde cedo.

Essas concepções de si são construídas desde a infância e resultam no estabelecimento de posicionamentos de desvalorização e/ou ambiguidade em relação à sua cor (Madureira, 2007; Madureira & Branco, 2012).

As crianças que discriminam outras por conta da sua cor, certamente, não nasceram com essa predisposição biológica, elas aprenderam a ser racistas. As diferentes formas de preconceito apresentam uma gênese social e não são, portanto, meras “invenções individuais” (Madureira, 2007). Como é ilustrado pela professora Raquel: *“Então, é por isso que eu te falo, não é as crianças que têm preconceitos, as crianças não têm. Isso não existe pra elas. (...) E você vê que às vezes é o pai mesmo que fala: - não é pra você brincar com aquele coleguinha”*.

Ciente das circunstâncias claras em que as pessoas são vítimas de discriminação racial, algumas famílias preparam seus/suas filhos/as para aprenderem a lidar com o racismo nas suas vidas diárias e que eles/as, porventura, poderão enfrentar. Como mostra o caso da experiência da professora Raquel quando a mesma afirma que:

“Eu tenho duas sobrinhas, uma é filha da minha irmã que tem um relacionamento homoafetivo, e a outra sobrinha é filha da minha cunhada que é branca, do cabelo loiro e o marido dela é negro. Então, falei: - vamos preparar a cabeça delas, porque eu sei o que elas vão passar. As duas vão passar por questões que vão deixar machucadas na vida. Então, eu falei assim: - então, a gente vai trabalhar desde pequena a cabeça das duas para as duas serem muito fortes (...)”

Certamente, quando as crianças são preparadas para lidar com as situações de discriminação elas, geralmente, conseguem se defender da violência, não se silenciam, buscando maneiras de enfrentamento do racismo.

Apesar da professora Raquel ser uma mulher de cor branca e nunca ter vivido nenhuma situação de discriminação por sua cor, ao passar por uma situação delicada no local de trabalho, na qual foi julgada e perseguida, ela relatou ter se sentido “para baixo” e ficou abalada emocionalmente. Ao vivenciar essa situação que trouxe muito sofrimento, ela pôde se colocar no lugar do outro e pensar: - *“imagina quem sofre isso todos os dias, como é que não é essa pessoa... então assim, eu acho que a pessoa que sofre preconceito racial, ela vivencia isso todos os dias. A pessoa olha torto pra ela, a pessoa julga ela. Ela precisa lidar com isso todos os dias...”*

Tal situação mencionada pela professora a afetou tanto que ela precisou buscar ajuda psicológica para enfrentar a situação. Portanto, esse fato pontual, apesar de ter sido uma experiência pessoal e única, não difere tanto das situações vivenciadas pelas pessoas que sofrem violência racial todos os dias.

Segundo Williams e Priest (2015), as pessoas vítimas de discriminação racial têm risco elevado de desenvolver transtornos mentais e sofrimentos psíquicos intensos.

Acreditamos que a psicologia deve apresentar como principal compromisso social a promoção do bem-estar psicológico do ser humano. Não devemos ignorar que as pessoas que são, frequentemente, vítimas de racismo, tendem a desenvolver sentimentos de inferioridade e baixa autoestima, que podem afetar profundamente a sua saúde psicológica. Portanto, o/a psicólogo/a deve investigar como essas vivências, perpassadas pelo racismo, estão afetando o indivíduo e as suas relações sociais.

Ao focalizar, de forma integrada, as dimensões sociais e subjetivas na (re) produção dos preconceitos e das discriminações no cotidiano na escola, a psicologia pode contribuir, conjuntamente com outras áreas do conhecimento, na luta pela construção de práticas pedagógicas e culturais que valorizem a diversidade existente em nossa sociedade. Afinal, quando falamos em sofrimento psíquico, estamos nos referindo a um terreno familiar à psicologia (Madureira & Branco, 2012, pp. 149-150).

Para compreender esse fenômeno, é necessário que a psicologia escolar esteja comprometida em desenvolver um olhar atento para trabalhar questões raciais de forma sensível, buscando utilizar recursos que toquem a afetividade e as emoções das pessoas. Segundo Madureira (2007, pp. 47), “os preconceitos são como fronteiras simbólicas rígidas, construídas historicamente e com forte enraizamento afetivo que acabam por se construir em barreiras culturais entre grupos sociais e entre indivíduos”.

A escola e a mídia, enquanto contextos educativos, podem, nesse cenário, criar estratégias para fortalecer a identidade negra. As estratégias pedagógicas podem ajudar os/as alunos/as, principalmente os/as negros/as, a ressignificar seu pertencimento étnico-racial na direção da valorização dos seus traços fenotípicos, bem como das suas características

tipicamente negras. Favorecendo o desenvolvimento de concepções positivas sobre si mesmo/a, construindo novos significados pessoais e sociais sobre o ser negro/a na sociedade brasileira (Silva, 2014).

Considerações finais

Nesse trabalho, foi possível compreender como as profissionais da educação percebem os discursos que aparecem na mídia sobre as questões raciais. Nesse sentido, percebemos que a mídia exerce tanto uma influência positiva quanto negativa.

A Influência positiva é quando os meios de comunicação são utilizados para comunicar formas de enfrentamento do racismo e a influência negativa é quando a mídia o reforça. Por exemplo, na teledramaturgia pouco se vê, personagens negros atuando em papéis de status socioeconômico alto. É muito comum ver atores e atrizes negros/as em papéis estigmatizados socialmente. Sem dúvida, isso tem um impacto nos/as telespectadores pela tendência em acreditar que aquele é o seu destino também. Mas não podemos deixar de destacar o papel ativo das pessoas com relação ao que é divulgado pela mídia.

Percebemos, a partir de várias pesquisas científicas, o quanto é difícil para nós brasileiros/as assumir os nossos preconceitos, dificultando que esse tema seja trabalhado efetivamente nos vários espaços sociais, incluindo o contexto escolar.

Muitas vezes, o papel de falar sobre questões raciais é delegado aos/as profissionais negros/as, porque estes, na visão, de muitos/as profissionais da educação são os mais preparados, por fazer parte do mesmo pertencimento étnico-racial. Sorte dos/as alunos/as que têm um/a professor/a negro/a que trabalha, de forma aprofundada, a temática.

Como, por exemplo, o caso da professora Júlia, que desenvolve o projeto africanidade na escola, que busca mostrar o outro lado da história da África e das pessoas escravizadas, ajudando os/as seus/suas alunos/as a refletir sobre seus preconceitos. Além disso, tal projeto colabora com a promoção da autoestima das pessoas negras.

Ela também trouxe um relato no qual percebeu que uma aluna tinha dificuldade de se identificar como negra. A menina queria o tempo todo a afirmação de alguém que ela era um

pouco mais clara, porque era rejeitada por algumas crianças brancas. Ao longo do projeto africanidade, a professora percebeu que a menina já se reconhecia como negra nas suas produções, nas suas descrições e na sua forma de se arrumar. Este exemplo mostra de forma significativa o papel do/a profissional da educação que, quando trabalha as questões raciais, de fato, podem ter resultados positivos em curto, médio e longo prazo.

Falar sobre questões raciais, também contribui para que a sociedade brasileira, como um todo, reconheça o que está por trás das ações afirmativas. Tais ações não são para retirar o direito de uma parcela de uma população, que pensa que todas as suas conquistas são de mérito exclusivamente individual, como estudar em universidade pública, por exemplo. Mas o mérito não é só individual, é coletivo também.

Muitos se sentem prejudicadas em relação às cotas raciais, acreditando que elas são injustas, porque o Estado deveria investir na Educação Básica para que todos/as tivessem as mesmas oportunidades. Mas, cabe destacar, que a melhoria das escolas públicas brasileiras é um problema que não será resolvido a curto prazo. Portanto, o ponto que gostaríamos de destacar em favor das ações afirmativas é: o que fazemos com os/as jovens das camadas populares que estão saindo da escola agora? Cabe mencionar que tal questionamento emergiu a partir de discussões que a autora do presente trabalho teve acesso em sua formação acadêmica.

Os/as alunos/as de classe média e alta são, cada vez mais cedo, estimulados/as a almejar profissões de destaque na sociedade, como: medicina, direito e engenharia. Já os/as alunos/as de classe das camadas populares são pouco estimulados; algumas profissões são vistas como distante para eles/as. Os/as jovens de classe média/alta geralmente tem várias opções do que gostaria de realizar em relação a escolha profissional; o que nem sempre acontece com os das classes das camadas populares. Usualmente, é reproduzido o mesmo modelo da família por falta de opção e por necessidade.

Assim, acreditamos que, para ir na direção do respeito à diversidade, mais pesquisas sobre as questões raciais devem ser desenvolvidas e, de forma mais específica, no âmbito da psicologia, para que possamos encontrar cada vez mais estratégias pedagógicas para trabalhar o tema nas escolas de modo eficaz.

Devemos nos preocupar mais com a realização de produções científicas, inserindo exemplos mais práticos e ilustrativos de como trabalhar, efetivamente, as questões raciais, para que, principalmente, os/as profissionais que não tiveram acesso a conhecimentos aprofundados sobre questões raciais, possam encontrar sugestões de outros trabalhos aplicados; possibilitando por meio dessas produções científicas, inspirá-los/as a pensar em estratégias de acordo com o perfil da sua escola ou da sua turma.

Utilizar recursos disponíveis como vídeos, apresentação de imagens, filmes, recortes de reportagens, histórias e dramatizações, são excelentes propostas pedagógicas para incentivar o respeito à diversidade e, sem dúvida, surtem muitos efeitos positivos nas pessoas negras e brancas para se sensibilizarem em relação das questões raciais.

Reconhecer a nossa miscigenação e a nossa interculturalidade é respeitar as nossas diferenças e ir em direção da valorização da nossa diversidade racial. Portanto, usar o espaço da escola, principalmente o da sala de aula para debater, discutir e refletir por meio de propostas pedagógicas atrativas para os/as estudantes, sem dúvida, pode proporcionar a desconstrução de preconceitos arraigados.

De fato, as questões raciais precisam ser melhor discutidas para que as pessoas tenham mais oportunidades de falar sobre seus preconceitos e, de forma mais específica sobre o preconceito racial. Tendo em vista que ele é construído e aprendido socialmente no meio das nossas relações cotidianas, quanto mais cedo for desconstruído, melhor será à nossa sociedade com relação a valorização da diversidade racial.

A escola enquanto contexto educativo tem o papel importante na vida de muitos indivíduos como um todo. Quando este espaço é aberto para o debate e reflexão acerca das questões raciais, contribui para desconstruir os preconceitos arraigados em nossa cultura, e pode, também, fortalecer o pertencimento étnico-racial de grupos historicamente desvalorizados socialmente. A discussão sobre questões raciais pode produzir diversos resultados positivos, tanto no âmbito individual, quanto no contexto social.

Referências

- Adesky, J. (2001). *Pluralismo étnico e multiculturalismo: Racismo e anti-racismos no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas
- Acevedo, C. R., & Nohara, J. J. (2008). Interpretações sobre os Retratos dos Afro-descendentes na Mídia de Massa. *RAC Revista de Administração Contemporânea*, 119-146.
- Acevedo, C. R., Nohara, J., & Ramuski, C. L. (2010). Relações raciais na mídia: um estudo no contexto brasileiro. *Revista Psicologia Política*, 10(19), 57-73.
- Bardin, L. (2010). *Análise de conteúdo*. Lisboa- Portugal: Edições.
- Barreto, A. L. C. S. (2016). *A escola e seu papel na construção de diferentes identidades sociais*. Dissertação de Mestrado, Programa de Mestrado em Psicologia (Linha de Pesquisa: Psicologia e Educação), Centro Universitário de Brasília, Brasília.
- Carvalho, J. J. D. (2005). Usos e abusos da antropologia em um contexto de tensão racial: o caso das cotas para negros na UnB. *Horizontes Antropológicos*, 11(23), 237-246.
- Carvalho, J. J. (2008). Racismo fenotípico e estéticas da segunda pele. *Revista Cinética*, s/n, p. 1-14.
- Conti, M. A., Bertolin, M. N. T., & Peres, S. V. (2010). A mídia e o corpo: o que o jovem tem a dizer. *Ciência & Saúde Coletiva*, 15(4), 2095-2103.
- Fernandes, M. (2015). *Raça e gênero na educação*. Curitiba: Appris.
- Guareschi, N. Oiveira, P. F. Giannechini, L. G., Comunello, L. N., Pacheco, M. L., & Nardini, M. (2002). As relações raciais na construção das identidades. *Psicologia em estudo*, 7(2), 55-64.
- Grijó, W. P., & Sousa, A. H. F. (2012). O negro na telenovela brasileira: a atualidade das representações. *Estudos em Comunicação*, (11), 185-204.
- Gomes, N. L. (2002). Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural? *Revista Brasileira de Educação* 21, 40-51.

- Gomes, N. L. (2003). professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. *Educação e pesquisa*, 29(1), 167-182
- Gomes, N. L. (2010). A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. Em A. F. Moreira & V. M. Candau (Orgs.), *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas* (pp. 67-89). Petrópolis - RJ: Vozes.
- Gomes, R. (2015). Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. Em M. C. S. Minayo (Org.), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (pp. 79-108). Petrópolis – RJ: Vozes.
- Gomes, N. L. (2017). *Sem perder a raiz-Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. Autêntica. Retirado de: <https://books.google.com.br/books>.
- Gusmão, N. M. M. (2003). Os desafios da diversidade na escola. Em N. M. M. Gusmão (Org.). *Diversidade, cultura e educação* (p. 83-105). São Paulo: Biruta.
- IBGE (2010). Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos espíritas e sem religião. Retirado em: <http://censo2010.ibge.gov.br>.
- Le Breton, D. (2007). *A sociologia do corpo*. Petrópolis – RJ: Vozes.
- Lino, T. R. (2012). Preconceito e discriminação: empecilhos à construção da cidadania no espaço escolar. *Revista Urutágua*, (27), 132-146.
- Louro, G. L. (2000). Corpo, escola e identidade. *Educação & Realidade*, 25(2).
- Madureira, A.F.A (2007). *Gênero, sexualidade e diversidade na escola: A construção de uma cultura democrática* (Tese de doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília (UnB), Brasília.
- Madureira, A. F. A. (2010). Gênero, sexualidade e processos identitários na sociedade brasileira: tradição e modernidade em conflito. Em A. L. Galinkin & C. Santos (Orgs.), *Gênero e Psicologia Social: interfaces* (pp. 31-63). Brasília: Tecnopolik.

- Madureira, A. F. A. (2013). Psicologia Escolar na contemporaneidade: construindo “pontes” entre a pesquisa e a intervenção. In E. Tunes (Org.), *O fio tenso que une a Psicologia à Educação* (pp. 55-73). Brasília: UniCEUB.
- Madureira, A. F. A. (2016). Diálogos entre a Psicologia e as Artes Visuais: as Imagens enquanto Artefatos Culturais. Em J. L. Freitas & E. P. Flores (Orgs.), *Arte e Psicologia: Fundamentos e Práticas* (pp. 57-82). Curitiba: Juruá.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2001). A pesquisa qualitativa em psicologia do desenvolvimento: questões epistemológicas e implicações metodológicas. *Temas em Psicologia*, 9(1), 63-75.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2012). As raízes histórico-culturais e afetivas do preconceito e a construção de uma cultura democrática na escola. Em A. U. Branco & Oliveira M. C. S. L. (Orgs.), *Diversidade e cultura da paz na escola: contribuições da perspectiva sociocultural* (pp. 125-155). Porto Alegre: Mediação.
- Madureira, A. F. A. Branco, A. U. & (2014). Psicologia escolar e diversidade: práticas, crenças e valores na construção de uma cultura democrática. Em M. A. Dessen & D. A. Maciel (Orgs.), *A ciência do desenvolvimento humano: desafios para a psicologia e a educação* (pp. 357-384). Curitiba: Juruá.
- Marinho-Araújo, C. M.; Almeida, S. F. C. (2010). Intervenção Institucional: Possibilidades de prevenção em Psicologia Escolar. Em *Psicologia Escolar: construção e consolidação da identidade profissional* (pp.85-98). Campinas: Alínea.
- Marques, P. B. & Castanho, M. I. S. (2011). O que é a escola a partir do sentido construído por alunos. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, 15(1), 23-33.

- Mello, S. L. (2014). A violência urbana e a exclusão dos jovens. Em B. B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 131-142). Petrópolis – RJ: Vozes.
- Minayo, M. C. S. (2015). O desafio da pesquisa social. Em M. C. S. Minayo (Org.), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (pp. 9-29). Petrópolis – RJ: Vozes.
- Mozzato, A. R., & Grzybovski, D. (2011). Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. *Revista de Administração Contemporânea*, 15(4), 731-747.
- Moreira, A. F. B. & Câmara, M. J. (2008). Reflexões sobre currículo e identidade: implicações para a prática pedagógica. Em A. F. Moreira & V. M. Candau (Orgs.), *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas* (pp. 38-66). Petrópolis - RJ: Vozes.
- Munanga, K. (2005/2006). Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. *Revista USP* 68, 46-57.
- Munanga, K. & Gomes, N. L. (2016). *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global
- Myers, D. G. (2014). *Psicologia Social*. Porto Alegre: Artmed.
- Oliveira, E. P. O. (2002). A imprensa e o racismo. Ramos, S. (org). *Mídia e racismo*. (pp. 36-41). Rio de Janeiro: Pallas.
- Pereira, I. M. (2008). O discurso sobre a política de cotas raciais no jornalismo online. *Fronteiras-estudos midiáticos*, 10(3), 173-182.
- Pérez-Nebra, A. R. & Jesus, J. G. (2011). Preconceito, estereótipo e discriminação. Em C. V. Torres & E. R. Neiva (Orgs.), *Psicologia social: principais temas e vertentes* (pp. 219-237). Porto Alegre: ArtMed.
- Portal MEC. (2016). Políticas de ação afirmativas. Retirado em: <http://portal.mec.gov.br>.
- Ramos, S. (2002). Introdução. Ramos, S. (org). *Mídia e racismo*. (pp. 6-13). Rio de Janeiro: Pallas.

- Ristoff, D. (2014). O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, 19(3).
- Sabat, R. (2001). Pedagogia cultural, gênero e sexualidade. *Estudos Feministas*, 9-21.
- Santaella, L. (2012). *Leitura de imagens*. São Paulo: Melhoramentos.
- Santos, A. P. (2012). Itinerário das ações afirmativas no ensino superior público brasileiro: dos ecos de Durban à Lei das Cotas. *Revista de C. Humanas, Viçosa*, v. 12, n. 2, p. 289-317;
- Santos, E. L. S. (2014). *A discriminação racial na internet e o direito penal: o preconceito sob a ótica criminal a legitimidade da incriminação*. Curitiba: Juruá.
- Schwarcz, L. (2012). *Nem preto nem branco, muito pelo contrário cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma.
- Sawaia, B. B. (2014). Identidade – Uma ideologia separatista? Em B. B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 121-129). Petrópolis – RJ: Vozes.
- Schindwein, L. M. (2010). Arte e desenvolvimento estético na escola. Em A. Pino; L. M. Schindwein; A. A. Neitzel (Orgs.), *Cultura, escola e educação criadora* (pp.31-50). Curitiba: CRV.
- Silva, T. T. (2000). A produção social da identidade e da diferença. Em T. T. Silva (Org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (pp. 73-101). Petrópolis: Vozes.
- Silva, P. V.B (2008). *Racismo em livros didáticos: estudo sobre negros em livros de língua portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Silva, M. (2014). *Mulheres Negras e Escolarização: Possíveis Implicações do Racismo e do Sexismo nos Processos Educativos*. (Monografia). Uniceub, Brasília.
- Silva, M. H. P. D. & Branco, A. U. (2012). Relações étnico-raciais e cultura de paz na escola e na sociedade brasileira. Em A. U. Branco & M. C. S. L. Oliveira (Orgs.), *Diversidade e cultura*

da paz na escola: contribuições da perspectiva sociocultural (pp. 157-182). Porto Alegre: Mediação.

Souza, L. P. D. (2015). *As relações étnico-raciais nas novelas infantis: Carrossel e Chiquititas*. (Monografia). Universidade Federal do Paraná (UFP), Curitiba.

Stephen, F. (2011). *Tudo sobre arte*. Rio de Janeiro: Sextante.

Telles, E. (2003). *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Ford Foundation.

Valsiner, J. (2012). *Fundamentos da Psicologia Cultural: mundos da mente, mundos da vida*.

Tradução de Ana Cecília de Sousa Bastos. Porto Alegre: Artmed.

Williams, D. R., & Priest, N. (2015). Racismo e Saúde: um corpus crescente de evidência internacional. *Sociologias*, 17(40).

Woodward, K. (2000). Identidade e diferença: uma introdução conceitual. Em T. T. Silva (Org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (pp. 7-72). Petrópolis: Vozes.

Anexos

Anexo A: **Roteiro de entrevista individual para profissionais da educação:**

1. Fale um pouco sobre a sua trajetória profissional.
2. Em sua opinião, a escola que você trabalha demonstra abertura para falar sobre temas polêmicos ou não? Por quê?
3. Na sua visão, quais são os temas polêmicos mais difíceis de serem abordados pelos profissionais da educação? E para você qual o tema mais difícil de ser abordado em sala de aula? Por quê?
4. Para você, quando e como as questões raciais devem ser discutidas no ambiente escolar?
5. Para você, como deveria ser a formação do profissional da educação em relação às questões raciais?
6. Como você acha que poderia trabalhar questões raciais em sua disciplina usando os meios de comunicação? Você já utilizou algum desses recursos alguma vez? (Se sim, como?).
7. Em relação às questões raciais, há pessoas que acreditam que os meios de comunicação só reforçam o racismo, e há outras pessoas que acreditam que os meios de comunicação contribuem para o enfrentamento do racismo. O que você pensa sobre isso? Por quê?
8. Como você analisa os discursos da mídia em relação às questões raciais na atualidade?
9. Gostaria de acrescentar algo?

Anexo B: **Apresentação dos vídeos**

Vídeo 1: Propaganda loja de departamentos.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=3GPFMI5WtFI>.

Vídeo 2: propaganda de produtos cosméticos.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=F-1N--NdJIY>.

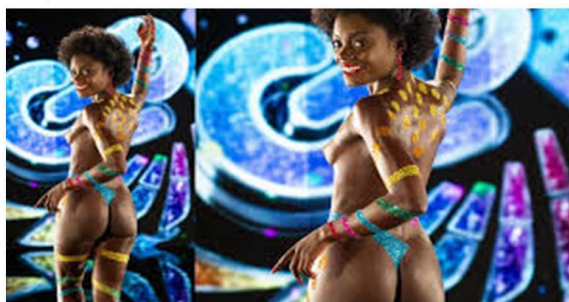
Anexo C: **Imagens Pré-selecionadas**



1ª imagem: Para você, qual a mensagem que essa imagem está transmitindo? Por quê?



2ª imagem: O que você está vendo nessa imagem? Por quê?



3ª Imagem: O que você acha dessa imagem? Você gosta dela, ou não? Por quê?



4ª imagem: O que você acha dessa imagem? Você gosta dela, ou não? Por quê?

Anexo D: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

“Discussões raciais que ocorrem na mídia e suas implicações na atuação dos Profissionais da Educação do Ensino Fundamental”

Instituição das pesquisadoras: Centro universitário de Brasília- UniCEUB

Pesquisadora responsável: Profa. Dra. Ana Flávia do Amaral Madureira

Pesquisadora assistente: Míria Lopes de Amorim

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa acima citada. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que estamos fazendo. A sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas, se durante o processo você quiser desistir, pode fazê-lo a qualquer momento, isso não lhe causará nenhum prejuízo.

O nome deste documento que você está lendo é chamado de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade), você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida autorizar a participação, você será solicitado(a) a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.

Antes de assinar faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. As pesquisadoras deste estudo responderão às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Natureza e objetivos do estudo

- O objetivo da pesquisa é analisar como os discursos midiáticos podem influenciar a atuação dos profissionais da educação do Ensino Fundamental em relação às questões raciais.
- Você está sendo convidado(a) a participar por preencher o perfil desejado para a realização da pesquisa.

Procedimentos do estudo

- Sua participação consiste em responder uma entrevista individual sobre a temática focalizada na pesquisa, envolvendo a apresentação de imagens e vídeos, previamente selecionados.
- O procedimento corresponde à realização de entrevista individual semiestruturada, com a apresentação de algumas imagens e vídeos relacionados ao tema.
- Não haverá nenhuma outra forma de envolvimento ou comprometimento neste estudo.
- A entrevista será gravada em áudio, com o seu consentimento, a fim de facilitar o posterior trabalho de análise.
- A pesquisa será realizada em local conveniente para o/a participante.

Riscos e benefícios

- Este estudo possui “baixos riscos”. Tais riscos são inerentes ao procedimento de entrevista. Medidas preventivas durante a entrevista serão tomadas para minimizar qualquer risco ou incômodo ao participante. Por exemplo, será esclarecido que não há respostas certas ou erradas em relação às perguntas que serão apresentadas e que é esperado que o(a) participante responda de acordo com suas opiniões pessoais.
- Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento, você não precisa realizá-lo.
- Sua participação poderá ajudar no desenvolvimento de uma compreensão mais aprofundada sobre a temática focalizada na pesquisa.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

- Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.
- Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com uma das pesquisadoras responsáveis.

- Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

Confidencialidade

- Seus dados serão manuseados somente pelas pesquisadoras e não será permitido o acesso a outras pessoas.
- O material com as suas informações (gravação em áudio da entrevista) ficará guardado sob a responsabilidade da pesquisadora Míria Lopes de Amorim, com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade e será destruído após a pesquisa.
- Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas, entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/UniCEUB, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone 3966.1511 ou pelo e-mail cep.uniceub@uniceub.br. Também entre em contato para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo.

Eu, _____ RG _____ após receber uma explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Este Termo de Consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pela pesquisadora Míria Lopes de Amorim, e a outra será fornecida ao senhor(a).

Brasília, ____ de _____ de _____.

Participante

Pesquisadora responsável: Ana Flávia do Amaral Madureira
Celular: (61)99658-7755, e-mail: madureira.ana.flavia@gmail.com

Pesquisadora assistente: Míria Lopes de Amorim
Celular: (61)99631-5430, e-mail: amorimmiria@gmail.com

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Discussões raciais que ocorrem na mídia e possíveis implicações na atuação dos Profissionais da Educação do Ensino Fundamental

Pesquisador responsável: Ana Flávia do Amaral Madureira

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 65444317.2.0000.0023

Instituição Proponente: Centro Universitário de Brasília - UNICEUB

Patrocinador: Financiamento Próprio

Principal:

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.010.242

Apresentação do Projeto:

As pesquisadoras esclarecem que na presente pesquisa: "será utilizada uma metodologia de investigação qualitativa mediante a realização de entrevistas individuais semiestruturadas com os(as) participantes, de forma integrada à apresentação de imagens previamente selecionadas. As imagens, enquanto os artefatos culturais, podem se constituir em recursos metodológicos interessantes na análise e interpretação de diferentes fenômenos de interesse no campo da ciência psicológica. O uso de imagens visa estimular a construção de narrativas e reflexões por parte dos/as participantes sobre questões focalizadas no projeto de pesquisa em foco. Na pesquisa de campo, serão realizadas seis entrevistas individuais semiestruturadas. Os/as participantes serão selecionados/as via rede social da pesquisadora assistente e não via instituição".

Objetivo da Pesquisa:

Para as pesquisadoras o objetivo primário será: "analisar como os discursos midiáticos podem influenciar a atuação dos/as profissionais da educação do ensino fundamental em relação às questões raciais".

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Foi esclarecido que "a pesquisa possui baixo risco. Tais riscos são inerentes ao procedimento de entrevista. Medidas preventivas durante a entrevista serão tomadas para minimizar qualquer risco ou incômodo. Por exemplo, será esclarecido que não há respostas certas ou erradas em relação às perguntas que serão realizadas na entrevista e que é esperado que o(a) participante responda de acordo com as suas opiniões pessoais. Mesmo assim, caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento aos/às participantes, os/as mesmos/as não precisam realizá-lo".

Quanto aos benefícios foi apresentado que "os/as participantes colaborarão com o desenvolvimento de uma compreensão mais aprofundada sobre a temática focalizada na pesquisa".

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é pertinente quer seja aliado ao tema a ser abordado, a metodologia utilizada e ao objetivo proposto. Apresenta-se de maneira clara e objetiva, atendeu a todas as proposições das Resoluções Nº466/12 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Em relação as Informações Básicas do Projeto, foram apresentados o Cronograma de Execução, a Identificação Orçamentária, assim como foram descritos os riscos e as medidas protetivas aos participantes da pesquisa. A Folha de Rosto está devidamente assinada. Consta a descrição do vídeo que será apresentado, bem como as fotos que serão utilizadas para o levantamento de dados e o roteiro da entrevista semiestruturada. Em relação ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido -TCLE foi elaborado de acordo com as normativas das Resoluções CNS n. 466/12 e 510/2016.

Recomendações:

O CEP-UniCEUB ressalta a necessidade de desenvolvimento da pesquisa, de acordo com o protocolo avaliado e aprovado, bem como, atenção às diretrizes éticas nacionais quanto aos incisos XI.1 e XI.2 da Resolução nº 466/12 CNS/MS concernentes às responsabilidades do pesquisador no desenvolvimento do projeto:

XI.1 - A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais.

XI.2 - Cabe ao pesquisador:

c) desenvolver o projeto conforme delineado;

d) elaborar e apresentar os relatórios parciais e final;

e) apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento;

f) manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período de 5 anos após o término da pesquisa;

g) encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto; e

h) justificar fundamentadamente, perante o CEP ou a CONEP, interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.

Observação: Ao final da pesquisa enviar Relatório de Finalização da Pesquisa ao CEP. O envio de relatórios deverá ocorrer pela Plataforma Brasil, por meio de notificação de evento. O modelo do relatório encontra-se disponível na página do UniCEUB http://www.uniceub.br/instituicao/pesquisa/ins030_pesquisacomitebio.aspx, em Relatório de Finalização e Acompanhamento de Pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A presente pesquisa poderá ser iniciada, uma vez que está em consonância com as diretrizes éticas nacionais, que dispõem sobre as normas de pesquisas envolvendo a participação de seres humanos.

Considerações Finais a critério do CEP:

Protocolo previamente avaliado, com parecer n. 2.010.242/2017, tendo sido homologado na 4ª Reunião

Ordinária do CEP-UniCEUB do ano, em 24 de março de 2017.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_875804.pdf	08/03/2017 10:33:05		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetomonografia.pdf	08/03/2017 10:32:39	MIRIA LOPES DE AMORIM	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	08/03/2017 10:32:15	MIRIA LOPES DE AMORIM	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	08/03/2017 10:13:58	MIRIA LOPES DE AMORIM	Aceito

Situação do Parecer: Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP: Não

BRASILIA, 10 de Abril de 2017

Assinado por:

**Marília de Queiroz Dias Jacome
(Coordenadora)**

